

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

ESTEFANY AMORIM VIANA DE CASTRO

NEGOCIAÇÕES E AGENCIAMENTOS NOS ALDEAMENTOS DE RIO DAS
PEDRAS E SANTANA DO RIO DAS VELHAS NO TRIÂNGULO MINEIRO
ENTRE OS ANOS DE 1742 E 1751

UBERLÂNDIA

2023

ESTEFANY AMORIM VIANA DE CASTRO

NEGOCIAÇÕES E AGENCIAMENTOS NOS ALDEAMENTOS DE RIO DAS
PEDRAS E SANTANA DO RIO DAS VELHAS NO TRIÂNGULO MINEIRO
ENTRE OS ANOS DE 1742 E 1751

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de História da
Universidade Federal de Uberlândia,
como exigência para a obtenção do Título
de Licenciatura e Bacharelado em
História.

Orientador: Prof^o Dr. Marcel Mano

UBERLÂNDIA

2023

NEGOCIAÇÕES E AGENCIAMENTOS NOS ALDEAMENTOS DO TRIÂNGULO
MINEIRO ENTRE OS ANOS DE 1742 E 1751

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de História da
Universidade Federal de Uberlândia,
como exigência para a obtenção do Título
de Licenciatura e Bacharelado em
História.

Uberlândia, 20 de janeiro de 2022

Prof ° Dr. Marcel Mano, UFU/MG

Profa. Dra. Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro, UFU/MG

Prof ° Dr. Robert Mori GEPAEHI/UFU

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Maria Lucieide Viana dos Santos e Ronaldo de Castro Amorim, pelo amor incondicional, que me fez ser quem sou e sempre seguir meus sonhos. À minha irmã Yasmin Amorim Viana de Castro, aquela que faz parte de minha vida mais profundamente, agradeço a companhia, apoio e carinho. Às minha irmãs Rosa e Yara por sempre confiarem que mim.

Ao meu namorado, Mateus Henriques Patrício, meu verdadeiro amor e amigo, obrigada pelo apoio e companhia.

Aos meus amigos e amigas de longa data, que ocupam um lugar especial em meu coração, obrigada pela pelas risadas e pelos momentos alegres: Matheus Valadares, Davi Dallariva, Ester Dutra. Aos amigos e amigas que fiz na graduação, onde pude buscar forças para continuar e dar as mãos sempre que preciso. Em especial: Advânia Alves, Esther Maria, Isabela Oliveira, Sandy Pimentel, Giovanna Lopes, Paula Fonseca, Cláudio Ferreira, Diéssika Costa, Ana Luísa Sesso, Isadora Bueno.

Aos meus professores do ensino médio, que são meus exemplos como profissional e como ser humano e que me inspiram até hoje a seguir na profissão que escolhi: Luis Fernando Barbato, Oswando Marques, Pedro Paulo, Andreia de Paula, Fabrício Gomes. Aos professores que conheci na graduação, sou profundamente grata pelos ensinamentos, pelo apoio ao longo de toda a minha trajetória e por me instigarem a estudar História. Em especial: Marta Emísia, Regina Ilka, Mara Regina, Guilherme Amaral, Letícia Siabra, Roberta Helena.

Aos colegas do Gepaehi, Grupos de Estudos e Pesquisas em Arqueologia Etnologia e História Indígena, por me acolherem com gentileza desde início, pelas dicas e momentos de parceria que me fazem acreditar que é possível um ambiente de pesquisa saudável e produtivo: Giovanna Gobesso, Tayná Mazza, Tássita Moreira, Robson Rodrigues, Aurelino Ferreira, Leila Ferreira, Gabriel Zissi.

Aos professores Dr. Robert Mori e Dra. Maria Elizabeth por aceitarem prontamente o convite de fazer parte da banca dessa monografia, duas pessoas ímpares que admiro e respeito profundamente. Ao meu orientador Prof^o Dr. Marcel Mano, um grande professor e pesquisador, que sempre respeitou minha rotina de estudos (as vezes tão reduzida, em função do trabalho), sempre me apoiando e corrigindo quando

necessário. Para mim, um exemplo de profissional, que tenho orgulho em poder contribuir com suas hipóteses e pesquisas.

A Universidade Federal de Uberlândia e a Fapemig, por facilitar e financiar as iniciações científicas que realizei durante minha graduação e que culminaram nessa monografia.

Muito obrigada a todos e todas!

“Com efeito essa “fome” de história pode conter algo visceral e primitivo, a busca de um refúgio contra o que vai mal, mas pode também significar uma vontade de luta, uma ligação ativa.”

(Jean Chesneaux, Devemos fazer tábula rasa do passado. Sobre história e os historiadores. 1995)

RESUMO

Este trabalho busca compreender as relações entre o sertanista Antônio Pires de Campos e os indígenas Bororo por ele aldeados na região do atual Triângulo Mineiro, e como essa política indigenista dos aldeamentos entrou em choque e em acomodação com a política dos indígenas. O objetivo é analisar parte de uma documentação histórica do século XVIII, com destaque para o período entre 1742 e 1751, tendo em vista desvelar os processos de negociação dos índios aldeados com a estrutura da administração colonial. Colocando em diálogo duas áreas, História e Antropologia, os documentos históricos e a bibliografia sobre o tema foram analisados a partir da perspectiva da alteridade, tendo como base o paradigma indiciário do historiador Carlo Ginzburg. O trabalho também se apoiou na perspectiva da chamada Nova História Indígena. Por meio das fontes documentais e bibliográficas já escrita sobre a temática, foi possível perceber que os indígenas Bororo aldeados na região negociaram sua existência e participação de acordo com seus próprios interesses e signos.

Palavras-chave: História Indígena; Política Indigenista; Política dos Indígenas; aldeamentos; Triângulo Mineiro.

ABSTRACT

This work sought to understand the relationship between the sertanista Antônio Pires de Campos and the Bororo indigenous people he settled in the region of the current Triângulo Mineiro, and how this indigenous policy of the settlements clashed and came into accommodation with the indigenous policy. The objective is to analyze part of historical documentation from the 18th century, with emphasis on the period between 1742 and 1751, with a view to unveiling the negotiation processes of the indigenous villagers with the structure of the colonial administration. Bringing two areas into dialogue, History and Anthropology, the historical documents and the bibliography on the subject were analyzed from the perspective of otherness, based on the indiciary paradigm of the historian Carlo Ginzburg. The work was also based on the perspective of the so-called New Indigenous History. Through the documentary sources and bibliography already written on the subject, it was possible to perceive that the Bororo indigenous people living in the region negotiated their existence and participation according to their own interests and signs.

Keywords: Indigenous History; Indigenous Policy; Indigenous Peoples' Policy; settlements; Triângulo Mineiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Panorama teórico metodológico	14
CAPÍTULO 1. <i>PAI PIRÁ</i> E A POLÍTICA INDIGENISTA COLONIAL	20
1.1 Antônio Pires de Campos: biografia.....	20
1.2 O Paí Pirá	25
1.3 Política indigenista: jogo de interesses.....	28
CAPÍTULO 2. OS BORORO: ETNOLOGIA E AGENCIAMENTOS	33
2.1 Alguns aspectos etnológicos: os Bororo	33
2.2 Aldeamentos de Rio das Pedras e Santana do Rio das Velhas	38
CAPÍTULO 3. DOS BORORO ALDEADOS AOS INDÍGENAS DE HOJE: ADAPTAÇÕES, FRONTEIRAS ÉTNICAS E RESISTÊNCIAS	46
3.1 Política dos Indígenas.....	46
3.2 Adaptações dos sertanistas aos hábitos indígenas	47
3.3 Aldeamento: um espaço de fronteiras interétnicas	49
3.4 A disputa pela terra indígena dos aldeamentos	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS	59
Fontes Documentais	59
Referências Bibliográficas	60

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: “Os primeiros aldeamentos da Capitania de Goiás”, p.12

Figura 2: “*Mappa dos sertões que se comprehendem de mar a mar entre as capitancias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-Grosso e Pará.*”, 36

Figura 3: Recorte da região dos aldeamentos Bororo no “*Mappa dos sertões que se comprehendem de mar a mar entre as capitancias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-Grosso e Pará.*”, 37

Figura 4: Região ao entorno da cidade de Cascalho Rico, pelo *Google Earth*, 38

Figura 5: Trajeto entre Indianópolis (Santana do Rio das Velhas) e Cascalho Rico (Rio das Pedras). Em destaque a altitude de Indianópolis e coordenadas geográficas, 39

Figura 6: Destaque para altitude e coordenadas geográficas no meio do trajeto, 40

Figura 7: Destaque para altitude e coordenadas geográficas em Cascalho Rico, 40

Figura 8: Recorte da região dos aldeamentos Bororo no “*Mappa da capitania de S. Paulo, e seu sertão em que se vem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes [...].*”, 41

Figura 9: Imagem de São João Batista de Cascalho Rico, localizada na Igreja de São João Batista em Cascalho Rico – MG, 50

INTRODUÇÃO

Esta monografia teve origem em duas iniciações científicas, uma voluntária (2020) e outra financiada pela Fapemig (2021/2022) realizadas ao longo de minha graduação. Ambas as iniciações científicas fizeram parte do projeto de pesquisa intitulado: “*Negociações históricas e metamorfoses culturais: contatos e redes de alteridades entre os Jê meridionais*”, financiado pelo CNPq, e desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Arqueologia, Etnologia e História Indígena do PPGCS e PPGHI – UFU, cujo objetivo geral é o estudo da história dos contatos de grupos indígenas Jê – Cayapó com seus diferentes outros. Essa monografia, em específico, se fundamenta na História e na Antropologia e busca compreender as relações entre a política indigenista e a política dos indígenas durante o período em que Antônio Pires de Campos, contratado pelo governo da Capitania de Goiás, manteve índios aldeados no atual Triângulo Mineiro, especialmente os Bororo, para fazer guerra contra os grupos Gentio¹ Cayapó².

Segundo Ravagnani (1989, p. 112), em 1741 o sertanista Antônio Pires de Campos foi contratado pelo governo colonial para fazer guerra contra os Cayapó, que habitavam a região do atual do Triângulo Mineiro, na época chamada Sertão da Farinha Podre. No período em questão (1742-1751) a região do atual Triângulo Mineiro, fazia parte da Capitania de Goiás, sendo os dois primeiros aldeamentos dessa capitania, aqueles que serão objeto de estudo desse trabalho: Aldeamento de Rio das Pedras e de Santana do Rio das Velhas. No mapa de Mori (2015, p.78) é possível vislumbrar a capitania de Goiás e onde se localizavam os aldeamentos³ que serão tratados nessa monografia.

¹ O termo “gentio”, de forma simples, se refere aos grupos de indígenas que possuíam relações conflituosas com os não-índios, não eram catequizados e nem administrados.

² Há duas grafias possíveis para denominar esse grupo indígenas: Kayapó com “K” e Cayapó com “C”, sendo a primeira utilizada na atualidade, seguindo as normas da Associação Brasileira de Antropologia, e segunda grafia está presente na documentação histórica utilizada neste trabalho. Por esse motivo, optamos por utilizar a grafia com “C”. Cabe ainda destacar que Cayapó não é propriamente um etnônimo, sendo a autodenominação *Mebêngôkre*.

³ Aldeamento pode ser entendido, de forma simplificada, como um local onde os indígenas habitam que teria sido feito em contexto colonial, enquanto aldeia, é o local onde os indígenas habitam feito de modo tradicional. Entendemos que há uma ampla discussão quanto aos conceitos de aldeia e aldeamento, porém este trabalho não se propõe a conceituar tais termos, apesar de acreditarmos que ele contribui à essa discussão.

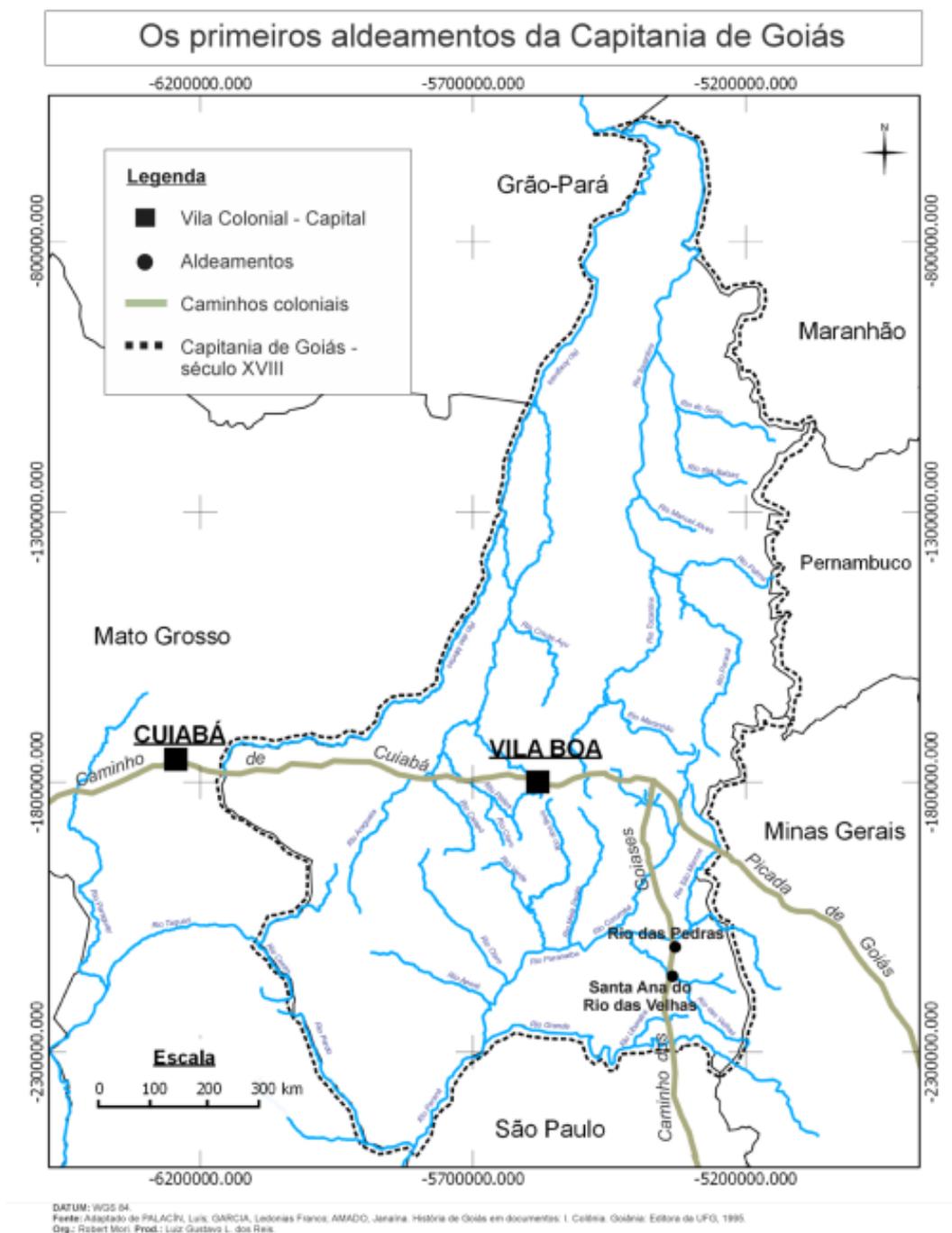


Figura 1: “Os primeiros aldeamentos da Capitania de Goiás” Fonte: MORI, Robert. *Os aldeamentos indígenas no Caminho dos Goiazes: guerra e etnogênese no sertão do Gentio Cayapó (Sertão da Farinha Podre) séculos XVIII e XIX*. 232 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. p.78

Antônio Pires de Campos estabeleceu seu exército de indígenas Bororo nas proximidades da estrada do Anhanguera (o Caminho de Goiás), a fim de evitar os saques que os Cayapó executavam nessa estrada, conhecida por ser a via por onde o ouro das minas de Goiás escoava para São Paulo. Por causa disso o sertanista “[...]”

tornou mais praticável o caminho de São Paulo, fundando as aldeias Sant'Anna, Rio das Pedras e Lanhoso que foram ao princípio povoadas de bororos” (TAUNAY, 1975, vol. 2 p. 248). Pensando nos dois primeiros aldeamentos formados por Antônio Pires de Campos e compostos por Bororos, Rio das Pedras e Santana do Rio das Velhas delineamos inicialmente dois questionamentos: primeiro, quais foram os processos e as condições de negociações existentes entre os povos indígenas e Antônio Pires de Campos que permitiu tal empreendimento?; e, segundo, quem eram esses índios aldeados e como viviam?

Pensados como novos sujeitos históricos e sociais, os povos indígenas no Brasil passaram, no final do século passado, a ser investigados pela perspectiva de uma “nova história indígena” (MONTEIRO, 2001). Nessa nova abordagem, e em oposição a uma velha na qual os povos indígenas eram vistos ou interpretados como sem história ou passivos em face de suas histórias dos contatos, eles passaram a ser investigados como protagonistas históricos conscientes, movidos por seus próprios interesses, motivações e signos; e é, pois, no campo dessa “nova história indígena”⁴, que se situa este trabalho.

Pela perspectiva da “nova história indígena”, os indígenas não se aliavam com os colonizadores por inocência, mas porque viam vantagens nessas alianças:

Os índios, por sua vez, certamente percebiam outras vantagens imediatas na formação de alianças com os europeus, particularmente nas ações bélicas conduzidas contra os inimigos mortais. Entretanto, estes logo descobriram claramente os efeitos nocivos de semelhantes alianças. A conseqüente transformação da guerra, agravada pelos freqüentes surtos de doenças contagiosas, trazia sérias rupturas na organização interna das sociedades indígenas. (MONTEIRO, 1995, p. 29)

Nesse sentido, os indígenas não foram passivos e não foram simplesmente dominados, na verdade eles buscaram benefício próprio com as alianças feitas com os não-índios, ainda que percebendo posteriormente as grandes desvantagens deste contrato. Assim, buscamos na documentação indícios de como os Bororo negociaram com os agentes coloniais; onde seus interesses e articulações se manifestaram; como Antônio Pires de Campos administrava os indígenas; como ambas as partes negociavam entre si e quais os interesses de ambos os lados, as vantagens e desvantagens desses contratos. Por fim, tentamos traçar um paralelo com a atualidade no intuito de pensar

⁴ Além de Monteiro, cabe destacar também a relevância dos trabalhos de Manuela Carneiro da Cunha, em especial o livro “História dos índios no Brasil”(1992) organizado por ela.

sobre a continuidade desses índios aldeados no Triângulo Mineiro, ainda que como objeto de pesquisa, visto que seus aspectos históricos e culturais ainda são pouco tratados na bibliografia.

Outra questão que se mostrou relevante durante o estudo é o da participação dos indígenas na política indigenista do século XVIII. De que modo as concepções da administração colonial sobre o controle desses povos nativos se expressavam na prática? Como Antônio Pires de Campos intermediava os objetivos da política indigenista com as reais negociações feitas com os índios? Embora já esteja demonstrado (KARASHI, 1992) como a política indigenista em Goiás foi contraditória no discurso e na prática, caminhos de investigação permanecem abertos ao estudo das intensas negociações e conflitos característicos de ambientes coloniais. Assim, esta monografia teve como objetivo também uma melhor compreensão dessas questões, se baseando em uma análise das relações e negociações entre Antônio Pires de Campos, os índios aldeados no Triângulo Mineiro e a política indigenista da época.

Também sentimos a necessidade de nos debruçarmos sobre os sujeitos que buscamos compreender: o sertanista Antônio Pires de Campos e os indígenas da etnia Bororo aldeados. No primeiro capítulo fizemos uma breve biografia do sertanista, tratamos sobre o envolvimento de sua família com a administração de índios, sobre os traços de sua personalidade e temperamento e possíveis interesses que o sertanista teria na relação com “seus” indígenas. Adiante, no segundo capítulo nos aproximamos dos Bororo, primeiro pensando naqueles da etnologia (salvo todas ressalvas e diferenças necessárias) destacando aspectos relevantes como língua, mitos e signos, pensando nos seus interesses e agenciamentos nos aldeamentos. Finalmente, no terceiro capítulo propomos uma análise para o conjunto dessas negociações e resistências por parte dos povos indígenas no período colonial, indicamos como os colonizadores também se deixaram adentrar na lógica indígena e como os aldeamentos se transformaram em fronteiras étnicas variadas, porosas e fluidas.

Panorama teórico metodológico

Na historiografia, as relações entre Antropologia e História foram consideradas desde a Escola de Annales, com Marc Bloch e Lucien Febvre. Os Annales, em contraposição à história “positivista” de Langlois e Seignobos, que considerava apenas a

narrativa dos vencedores, buscavam visibilizar outros grupos negligenciados e procuravam ir além da história política, se ancorando em outras ciências, como a Geografia, a Antropologia, a Estatística, entre outras. Para Jacques Le Goff (1990, p.109-110), devido à relação com a Antropologia, o historiador se voltou para novos objetos, como as mentalidades, a relação entre cultura erudita e popular, o inconsciente, o mito, entre outros. Isso fez, inclusive, muitos historiadores desejarem a existência de uma disciplina específica, a antropologia histórica, cujo objeto seriam justamente novos temas, abordagens e sujeitos históricos

Em relação a essas novas abordagens teóricas e metodológicas destacamos três que tiveram impacto direto sobre a pesquisa. A primeira é a possibilidade de construir uma história daqueles que não deixaram registros diretos, como índios, negros, mulheres e outros grupos historicamente excluídos ou negligenciados da narrativa histórica. A segunda é o conjunto de possibilidades interpretativas presentes nos documentos quando o historiador passa a considerar sinais aparentemente secundários, mas considerados reveladores. A terceira é a crítica interna aos documentos como produtos de saber-poder e a própria consciência do historiador de sua condição de intérprete. O historiador assume o papel de reconstruir e interpretar, visto que ele não busca expressar a verdade absoluta do que realmente aconteceu, mas uma análise coerente e explicações plausíveis sobre a problemática de sua pesquisa, por meio do que foi extraído do documento (CELLARD, 2008, p. 304). Para a realização de uma boa análise documental, existem alguns critérios que precisam ser considerados pelo historiador. Segundo André Cellard, dentre os critérios essenciais para a análise documental destacam-se a compreensão do contexto social global em que o documento foi produzido, e a identidade do autor, seus interesses e motivos em escrever o texto (2008, p. 300). Afinal, como o leitor, o escritor é também um intérprete, um sujeito histórico, cultural, social e ideologicamente situado.

Para uma aproximação com a documentação a partir da perspectiva da alteridade levamos em conta uma nova abordagem do texto, inspirada no modelo que o historiador Carlo Ginzburg chamou de paradigma indiciário. Por meio de indícios, sinais e pistas deixadas na documentação, Ginzburg foi capaz de reconstruir aspectos culturais e históricos de sujeitos e parcelas da população até então invisíveis. Um desafio metodológico que o paradigma indiciário enfrenta é se “[...] pode um caso individual, se explorado em profundidade, ser teoricamente relevante?” (GINZBURG, 2007, p.

95); e talvez uma resposta esteja na obra mais conhecida deste autor: *O queijo e os vermes*. Por meio de um denso trabalho com a documentação histórica, Ginzburg consegue mapear a trajetória do conhecimento letrado e iletrado de Menocchio, um moleiro perseguido pelo Inquisição no século XVI, ajudando a compreender melhor aspectos ainda não muito registrados da vida camponesa no início da era moderna italiana. Assim, este projeto se ancora nessa abordagem visto que o paradigma indiciário se mostra cada vez mais aplicável aos historiadores da microhistória.

A presente monografia tem apoio teórico e metodológico no paradigma indiciário, como forma de encontrar nos documentos registros que indiquem como os índios aldeados agenciavam com Antônio Pires de Campos e quais seus interesses nos acordos. Percebemos a necessidade de estudo de historiadores que, desde o final do século passado, têm feito trabalhos que dialogam com a Antropologia, como o próprio Ginzburg (2007), Le Goff (1990), E.P. Thompson (1998) dentre outros. Ademais, no que se refere à História indígena, essa pesquisa se junta aos recentes trabalhos que tratam a História indígena para além das “alegorias da colonização”, onde os indígenas eram ilustrados como inocentes e ingênuos ou como selvagens e primitivos. Em contraposição a isso, e alinhada a uma grande fileira de trabalhos de antropólogos e historiadores, os índios passam a ser vistos como sujeitos históricos e politicamente conscientes.

Neste caminho, e para selar o encontro entre História e Antropologia, as ações conscientes dos povos indígenas só podem ser pensadas se considerarmos que a cultura, um sistema de símbolos significantes (LÉVI-STRAUSS, 2004), é colocada em ação para a avaliação das situações históricas; e que, em retroação, as experiências históricas concretas levam a uma reavaliação desses mesmos sistemas de significação. Neste caminho, e como entende Sahlins (1990), a história é culturalmente ordenada, tanto quanto a recíproca também é verdadeira. Assim sendo, o estudo dos processos de negociações empreendidas pelos Bororo nos aldeamentos parte do princípio de que essas ações foram compostas de um misto de signos significantes e interesses pragmáticos, de estruturas culturais e ações históricas.

No ano de 1742, Antônio Pires de Campos, também chamado *Pai Pirá*, estabeleceu um acordo com D. Luis de Mascarenhas, para assentar indígenas na região atualmente chamada de Triângulo Mineiro a fim de proteger os caminhos do ouro dos

ataques de índios “Cayapó”. Antônio Pires de Campos vinha de uma família de gerações de bandeirantes. Ele e seu pai, que possuía o mesmo nome, já mantinham contato com os Bororo desde pelo menos 1718, quando os aprisionaram na região do atual Mato Grosso, levando-os para São Paulo (MORI, 2015, p.37). Muitos dos Bororo trazidos para o Sertão da Farinha Podre na verdade já estavam sob a administração de Pires de Campos há algum tempo, o que pode ter facilitado o estabelecimento de tantos indígenas (acredita-se que tenham sido trazidos, em 1742, 120 Bororo para a região em questão, e em 1746 outra leva maior). Assim que chegaram no Sertão da Farinha Podre, os Bororo foram estabelecidos em aldeamentos, ou como classifica Ravagnani, quartéis-aldeamentos (1989, p.113), sendo inicialmente três: Sant’Anna, Rio das Pedras e Lanhoso.

Esses indígenas eram escravizados? Na verdade, os índios que acompanhavam Pires de Campos e outros sertanistas nessa época eram chamados de “domesticados” ou “administrados”. Visto que a escravidão indígena era formalmente proibida, a administração foi um artifício que os colonizadores utilizaram para explorar os índios, submetendo-os a uma situação análoga à escravidão, onde eles trabalhavam de forma forçada e não possuíam controle sobre eles mesmos e nem de alguma propriedade (MONTEIRO, 1995, p. 137). Apesar de estarem em condição de “administração”, sabemos que nos meandros da vida cotidiana os índios não aceitaram inocentemente a dominação ou o extermínio.

A presença indígena na História não considerava até pouco tempo as concepções históricas que os indígenas têm deles mesmos e muito menos as dinâmicas culturais que existiram em função dos contatos. Apesar de alguns autores pesquisarem sobre os aldeamentos na região do Triângulo Mineiro nos séculos XVIII e XIX, como por exemplo Chaim (1983), Ravagnani (1989) e Lourenço (2015), praticamente não se fala sob a perspectiva dos indígenas. Os estudos acerca dos aldeamentos nos quais Antônio Pires de Campos mantinha “seus” índios administrados pouco abordam sobre os indígenas, seus interesses, as formas como eles negociavam ativamente, trazendo apenas o lado dos bandeirantes e dos agentes coloniais. O trabalho de Mori (2015) já apresenta essa nova perspectiva, trazendo a noção da etnogênese e fazendo um rico trabalho com a documentação. Acreditamos que essa monografia irá somar a esse trabalho, acrescentando a perspectiva do Bororo para a História dos Aldeamentos, refletindo sobre seus signos e ações.

De acordo com Maria Cristina dos Santos (2017, p. 337) a construção do campo de pesquisa em História indígena ocorreu nos últimos 30 anos, e seus debates, ainda recentes, vem construindo um espaço de protagonismo para os povos indígenas. Anteriormente, os indígenas existiam nas narrativas ocupando um papel de passivos diante do contato, o que teria ocasionado sua extinção, o genocídio, e para aqueles que sobreviveram, a aculturação. A narrativa da História do Brasil que havia sido feita só permitiria que os indígenas ocupassem esse lugar:

Há um lugar e um momento claramente atribuídos ao indígena nessa narrativa: eles seriam anteriores ao Brasil e a narrativa sobre eles deveria ser feita preferencialmente antes da colonização. Uma vez esta iniciada, os indígenas só poderiam ser concebidos como flores que fenecem, que precisam ser descritas e compreendidas antes que murchem e desapareçam. A superioridade tecnológica e militar dos colonizadores, as violências e as epidemias dariam conta de explicar a sua extinção. (OLIVEIRA, 2016, p. 13)

A presença indígena na história não considerava até então as concepções históricas que os indígenas têm deles mesmo e muito menos as dinâmicas culturais que existem em função do contato. Os indígenas aldeados na região do atual Triângulo Mineiro exemplificam como a História da região não pode ser estudada apenas a partir da perspectiva do extermínio. Ao invés disso, a questão se revela muito mais complexa, visto que os grupos indígenas negociaram com os colonizadores, resistiram muitas vezes contra decisões tomadas por eles e confrontaram a ordem colonial.

John Manuel Monteiro destaca como foi de extrema importância a participação dos povos indígenas no processo de formação da Colônia, não apenas para as mudanças sociais e econômicas pelas quais os povos nativos passaram, mas também pela consciência de um passado indígena que motivou várias ações históricas de resistência e luta indígena (1995, p. 18). No caso em questão, os índios Bororo aldeados tiveram uma atuação essencial para a manutenção do sistema econômico e posterior ocupação da região central do país. Para além da política indigenista do governo colonial, existiu também a política dos próprios índios, que agenciavam a localização dos aldeamentos, o comércio que eles poderiam praticar e até mesmo as lutas, saques e confrontos por terra. Para além do século XVIII, há uma continuidade desses aldeamentos até o século seguinte, o início de uma disputa pelas terras indígenas e a desterritorialização desses

grupos indígenas e fim dos aldeamentos. Na atualidade, há vestígios arqueológicos e documentais sobre esses grupos que aqui se estabeleceram, que são fontes de pesquisa de historiadores e antropólogos na tentativa de reescrever passado e, quem sabe, repensar o presente.

CAPÍTULO 1. PAI PIRÁ E A POLÍTICA INDIGENISTA COLONIAL

1.1 Antônio Pires de Campos: biografia

A história da formação dos primeiros aldeamentos na região do atual Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no estado de Minas Gerais, chamada no passado de Sertão da Farinha Podre, envolve diversos sujeitos e interesses. Sob o contexto político, há uma política indigenista não homogênea em curso, na qual se esboça um projeto econômico, político e religioso da Coroa portuguesa e seus envolvidos. Entretanto, aqueles que estão na colônia e realizam as atividades da administração colonial, encontram algumas dificuldades em executar tais projetos. Primeiro porque eles próprios possuem também anseios e pretensões, e segundo porque eles têm de negociar a situação tanto com os colonos e os potentados locais, quanto com a administração eclesiástica e os sujeitos das camadas mais baixas da sociedade, em especial os grupos indígenas para as quais se voltavam as políticas indigenistas. Por isso, as políticas coloniais tiveram de ser constantemente adaptadas, deformadas ou reformadas durante a sua aplicação. Essa situação coloca irremediavelmente em pauta os interesses, os signos e as circunstâncias dos sujeitos à margem da história tradicional e se eles colocaram em prática (ou não) tais projetos, revelando em suas ações relações às vezes ambíguas de conflito e de aliança. Este trabalho irá abordar as relações entre dois sujeitos (um indivíduo e o outro coletivo) envolvidos diretamente na vida na colônia na região supracitada: o sertanista Antônio Pires de Campos e “seus” indígenas administrados, em sua maioria, da etnia Bororo. Alguns aspectos sobre a política indigenista e a administração colonial serão, por isso, brevemente abordadas, pois elas também compõem a história colonial brasileira e se relacionam com esses sujeitos.

Antônio Pires de Campos, o Pai Pirá, foi um sertanista que viveu durante a primeira metade do século XVIII, responsável pela formação dos primeiros aldeamentos de bororos na região do atual Triângulo Mineiro. Sua data de nascimento não é especificada na bibliografia, mas é possível presumir que tenha nascido no ano de 1702 visto que no documento de sua autoria intitulado *Breve notícia que dá o capitão Antônio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá e*

*seu recôncavo*⁵, o sertanista diz que no ano de 1722 ele tinha 20 anos de idade. A data e causa do falecimento, até pouco tempo datada de 1755 como decorrência de uma flechada de índios Kayapó do Sul, foi recentemente relativizada por Mori (2015, p. 99) que, com base em documentos inéditos, apontou o ano de morte em 1751 como decorrência de malária. Assim, Antônio Pires de Campos teria nascido no ano de 1702 e falecido em 1751, com 49 anos, tendo participado de entradas e bandeiras desde jovem.

Vindo de uma família de sertanistas, seu avô Manuel Campos Bicudo realizava entradas nos sertões dos rios Paraguai e rio Grande, sempre em busca de ouro ou à caça de indígenas, o que lhe rendeu várias fazendas com um grande número de índios administrados (FRANCO, 1954, p. 67-68). Segundo Francisco de Assis Carvalho Franco, o pai de Antônio Pires de Campos, que possuía o mesmo nome, acompanhava Manuel Bicudo nas entradas pelo Mato Grosso e Goiás, chegando a chefiar bandeiras contra os Payaguás, inimigos tradicionais dos Bororos (1954, p. 97). Tanto o avô, quanto o pai, eram paulistas conhecidos pelas entradas no Mato-Grosso e Goiás. Naturais da vila de Itu, atual cidade de Itu no estado de São Paulo, sua família possuía fazendas e terras na região, do qual é sabido que havia uma grande quantidade de indígenas. Nesse sentido, descendente de uma família de homens envolvidos com os sertões, buscando ouro ou caçando índios, Antônio Pires de Campos, o filho, cresceu em um ambiente no qual pôde acompanhar as ações de seus parentes no tratamento dado aos indígenas, os quais com certeza ele conviveu desde pequeno.

Tanto seu avô quanto seu pai mantinham contato com vários outros sertanistas, inclusive por parentesco, visto que era um costume entre a nobiliarquia paulistana casar seus filhos entre si. É importante destacar que as famílias nobres de São Paulo, as famílias de sertanistas, frequentemente ocupavam cargos de destaque na administração colonial, possuíam muitas terras, escravos e indígenas sob sua administração. O mesmo se pode dizer da família Campos, como ressalta o genealogista Luiz Gonzaga da Silva Leme sobre o avô de Pires de Campos: "Manoel de Campos Bicudo foi pessoa de muita estimação e respeito em S. Paulo, onde teve sempre o 1.º voto; possuiu grandes cabedais, numerosa escravatura e muitos índios que aprisionou no sertão e que conservava sob sua administração." (1904, p.169). Ainda jovem, Pires de Campos já convivia com o exército

⁵ CAMPOS, Antonio Pires de. Breve notícia do gentio bárbaro que há na derrota das minas de Cuiabá e seu recôncavo [...] In: TAUNAY, Afonso d'E. (org.). Relatos sertanistas. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976, p. 195.

de indígenas que seus progenitores possuíam, inclusive de indígenas da etnia Bororo, nativos da região do Mato Grosso e retirados de lá pela família Campos.

O contato que Pires de Campos tinha com os bororos é, portanto, anterior ao começo da guerra contra os Cayapós, em 1742, visto que ele e sua família já possuíam relações com os indígenas em questão. Em 1718, na região do atual Mato Grosso, Pai Pirá e seu pai combateram os indígenas Bororo, subjuguando os sobreviventes e os levando para São Paulo (MORI, 2015, p. 37). Como a maior parte dos índios aldeados no século XVIII, os Bororo se encontravam em condições de “administração”, situação que muitos historiadores e antropólogos consideram similar à escravização, na qual os indígenas continuavam a trabalhar de forma forçada e, até certo ponto, não possuíam controle sobre suas próprias decisões (MONTEIRO, 1995, p. 137). O exército de Bororos de Antônio Pires de Campos era extenso, e foi amplamente utilizado pelos representantes da coroa portuguesa no intuito de empreender guerras justas contra indígenas que ameaçavam a ordem nos sertões. Com seus índios administrados, Pires de Campos empreendeu diversas guerras contra aqueles considerados índios inimigos, mediante pagamentos e concessões, sendo a maior delas a guerra contra o gentio Kayapó do sul.

Os traços de personalidade de Pai Pirá são comumente lembrados na bibliografia. Afonso de Taunay em sua *História das Bandeiras Paulistas* destaca a diferença de Antônio Pires de Campos em relação aos demais sertanistas de sua época: “Traço sobremodo notável da personalidade do segundo Antônio Pires de Campos é o do relevo intelectual. Atribui-lhe a mais elevada posição, entre a gente de sua grei sertanista, formidável, mas ignara.” (1975, p. 253). Analisando a escrita de Pires de Campos, Taunay diz que

“O seu depoimento *Breve notícia que dá o capitão Antônio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá e seu recôncavo*, é dos mais curiosos e preciosos papéis bandeirantes. Revela cultura extraordinariamente superior ao comum da dos sertanistas, facilidade de expressão realmente notável para um dominador de índios ferozes.” (1975, p. 22)

Taunay, com base numa historiografia bastante tradicional, acaba por associar as vitórias e grandes feitos empreendidos por Antônio Pires de Campos à sua inteligência e instrução, que para ele era um diferencial em relação aos demais sertanistas. Sobre Pires

de Campos, Pedro Taques o descreve “ Antonio Pires de Campos foi na praça Adonis, e no sertão Marte.” (1980, p. 178), destacando suas habilidades bélicas (Marte) e sua jovialidade e beleza (Adonis). As descrições de Taunay e Taques reforçam uma singularidade do sertanista, que exercia uma função bruta, mas que, lembrado até por sua beleza, possuía um grau de instrução e expressão elevado. Nesse sentido, esses autores tentam construir uma narrativa de Pires de Campos como um homem carismático que conseguiu comandar uma grande quantidade de bororos devido ao seu poder de influência e atração pessoal.

Entretanto, há controvérsias quanto a essa imagem valorosa de Antônio Pires de Campos, que inclusive é tão recorrente a outros bandeirantes de sua época, e típicas do que denominamos acima de historiografia tradicional. Sua agressividade, violência e artilosidade, principalmente para com os indígenas, é constantemente citada em documentos da época. José Pinto da Fonseca relata, em carta de 1775, sobre a tirania de Antônio Pires de Campos junto aos povos Carajás da ilha do Bananal, fazendo prisioneiros e tornando-os cativos, açoitando, matando inocentes e trocando indígenas por gado⁶. Em carta do alferes de Dragões José Pinto da Fonseca, escrita no ano de 1775, ele descreve o medo que os Carajás tinham do homem branco, por terem sido enganados por Pires de Campos, que inicialmente os tratou com amizade, mas que depois de garantir sua confiança repentinamente os açoitou, “não dando vida aos próprios inocentes, de cujos gemidos ainda hoje são os ecos nos ouvidos d’estes miseráveis, não podendo referir estas justas queixas, sem que as lágrimas testemunhem a sua dôr [...]”⁷. É possível perceber que a violência e impiedade dos sertanistas foram tamanhas que mesmo anos depois, visto que tal documento é datado de 1775, os carajás ainda temiam o contato com homem branco, e se lembravam tristemente dos inocentes assassinados nas mãos do Pai Pirá.

Para Giraldin, a relação entre Antônio Pires de Campos e os Bororos não era tão simpática assim, visto que eles não foram trazidos para a região do atual Triângulo Mineiro espontaneamente, eles teriam sido transferidos à força (1997, p. 75). Ravagnani reforça também esse lado tirano de Pires de Campos, identificando os Bororos como um

⁶ Revista de Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 84, 1919, p.116.

⁷ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 84, 1919, p.116.

exército, e os aldeamentos na região do Triângulo Mineiro como quartéis-aldeamentos⁸ (1987 /88/89, p. 113). Nesse sentido, esses autores buscam reforçar as características violentas e escravizadoras do sertanista evidenciadas na documentação, discordando da imagem de bandeirante inteligente e carismático. Em uma carta escrita pelo Conde dos Arcos⁹, datada de 12 de novembro de 1751, os próprios Bororo teriam se queixado de Pires de Campos, pois ele estaria dando aos indígenas muito trabalho, pouca comida e nenhum vestuário. Essa fonte documental indica as condições que os Bororo aldeados se encontravam e expressa como Antônio Pires de Campos os tratava com violência e descaso. Ainda no século XX, os historiadores começaram a desconstruir a imagem do bandeirante como herói nacional e grande responsável pela expansão territorial da colônia. Porém, o reconhecimento dos bandeirantes como homens cruéis, violentos e belicosos não provoca grandes mudanças na forma de pensar a participação dos povos indígenas. Ao argumentar a favor da imagem de Pires de Campos como impiedoso e violento, tais autores acabam intuitivamente atribuindo aos indígenas bororos o papel de passivos e escravizados.

No caso dos Cayapó combatidos pelo exército Bororo de Pires de Campos, é notável sua luta e resistência, visto que eles guerrearam com os colonizadores por décadas. Entretanto, para os Bororo aldeados, comumente retratados como os “índios bons” ou aqueles que cederam ao colonizador, é possível falarmos de uma resistência ou luta? Assim, o intuito não é negar as características violentas e escravizadoras de Pires de Campos, tantas vezes citadas nos documentos da época, e nem eliminar a possibilidade que ele de fato fosse um homem inteligente, visto pela forma que ele escrevia. Pai Pirá era um homem esperto que sabia como se comunicar e negociar com os indígenas, afinal eles não se sujeitaram gratuitamente à administração. Sobre os Bororo e sua resistência são temas que serão mais bem abordados no capítulo dois.

⁸ Há uma discussão quanto a forma como podemos denominar o grupo que acompanhava Pires de Campos, se eles poderiam ser considerados um exército ou não. O trabalho não se propõe a solucionar essas questões conceituais, mas acredita que suas conclusões podem contribuir com a discussão.

⁹ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta do Conde dos Arcos, datada de 12 de novembro de 1751 ao dr. Manoel Gomes da, Goiânia: Gráfica Editora Líder, Número 10, 1982, p.29-30-1. In: MORI, Robert. **Os aldeamentos indígenas no Caminho dos Goiaes: guerra e etnogênese no sertão do Gentio Cayapó (Sertão da Farinha Podre) séculos XVIII e XIX**. 2015. 232 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

1.2 O Paí Pirá

Para melhor esclarecer sobre a relação entre Antônio Pires de Campos e os indígenas Bororo aldeados na região do Triângulo Mineiro, buscamos tentar esclarecer qual julgamento os bororos tinham do sertanista. Chamado pelos “seus índios” de *Pai Pirá*, não se sabe ao certo se esse apelido era apenas do filho ou do pai, ou dos dois (TAUNAY, 1975, p. 253). Acreditamos que identificar o possível significado dessa alcunha servirá de ajuda para pensar sobre como era esse homem e como ele negociava pela perspectiva dos próprios índios aldeados. Para tal tentativa de análise será utilizado alguns aspectos da mitologia e cosmovisão bororo, com certos cuidados. Relacionar aspectos mitológicos e cosmológicos de uma sociedade com o intuito de fazer livres associações com acontecimentos históricos e sociais pode ser uma possibilidade de investigação, desde que fundamentada em outras evidências. Para o caso dos Bororo, esclarece Viertler:

O processo de formação da sociedade Bororo descrito nos mitos pode orientar a investigação antropológica de processos de mudança sócio-cultural (difusão cultural, conquista, rejeição, assimilação, etc.) se houver a possibilidade de cotejá-lo com achados arqueológicos, etno-históricos e ecológicos. (VIERTLER, 1986, p. 2)

Nesse sentido, para relacionar aspectos da mitologia Bororo com a escolha do apelido *Pai Pirá*, é preciso ter em vista a história e etno-história desse povo, buscando fundamentar tais análises em fontes documentais e bibliográficas. *Pai Pirá* na verdade está no idioma conhecido como Nheengatu ou língua geral, um tupi aportuguesado, e não no idioma nativo dos Bororo, visto que na relação entre indígenas e não indígenas esse idioma era mais usual sendo, portanto, a língua do contato. Como explicado anteriormente, os Bororo já possuíam contato com a família Campos, e muito provavelmente com não indígenas e com indígenas de outras etnias, que também eram aprisionados nas fazendas. Assim, possivelmente alguns Bororo aprenderam essa nova língua, e embora o termo *Pai Pirá* não esteja no idioma nativo, percebemos fortes indícios de que ele se encaixa na cosmologia desse grupo.

Após esclarecer tais questões teóricas e metodológicas, recorreremos a dicionários de Tupi antigo na tentativa de compreender o significado da alcunha. Para Moacir Ribeiro

de Carvalho em seu *Dicionário Tupi (antigo) - Português*, *Paí* é definido como “Substantivo, significa pajé, padre. Atribui-se a homens de respeito: principais, feiticeiros, sacerdotes.” (1987, p. 234). No *Léxico Tupi-Português: com aditamento de vocábulos de outras procedências indígenas*, o autor traz uma definição mais detalhada:

“**Paí.** 1. Papai; senhor. 2. Pajé. 3. Também é um neol. para “padre” ou “frade” 4. Diz S. Bueno ser quase sempre escrito “pay”= padre; ancião; pessoas respeitável; progenitor. 5.”Pay” é usado também com o sentido de “paca”; “despertar-se” (A. O. Mayans). Diz M. A. Sampaio que o termo talvez venha de “mba’i”= estrangeiro (ou então de pajé). 6. Paí ou aip é o mesmo que aiba seg. informa Edelweiss.” (DOMENICO, 2008, p. 761)

Assim, *Pai*, ou com a grafia *Paí*, define uma pessoa que ocupa um lugar de liderança, como pajé ou pai, ou ainda como feiticeiro. Tal definição é coerente com o papel que o sertanista possuía, visto que ele possuía a função de administrador de índios e comandante nas guerras. Sobre a palavra *Paí*, é provável que o sertanista tenha sido considerado um homem em posição de liderança, que assumiria um papel como de um pai, pajé ou feiticeiro, que são papéis sociais de controle e domínio de certas decisões pelo grupo. Antônio Pires de Campos, e podemos dizer que seu pai também, subjugou os Bororo com uso da força e os submetem à condição de administrados, deslocando-os para outros territórios a fim de empreender guerra justa contra índios hostis. Aldeando os Bororo em um local remoto, Pires de Campos se tornou chefe, cabendo aos Bororo negociar para garantir seus interesses e sua sobrevivência. *Paí* não indica exatamente com quais intenções eles viam as ações do sertanista, mas indica o reconhecimento de sua posição como capitão.

Pirá é definido por como “Substantivo: peixe (nome genérico).” (1987, p. 243). Domenico define mais especificamente *Pirá* como: “*Pirá*. Peixe. Assinala S. Bueno, tratar-se do peixe de pele ou de couro, que não tem escamas. Os de escamas são chamados de “**cará**” ou “**acará**”.” (2008, p. 805). *Pirá* significa peixe, mas não um peixe qualquer, refere-se a um peixe de pele ou peixe de couro, aqueles que não possuem escamas. Os peixes sem escamas são caracterizados por serem os peixes carnívoros, que se alimentam de peixes menores e outros animais, no fundo de rios ou mares. Como os peixes de couro não possuem escamas, que sirvam como barreira natural contra absorção de possíveis toxinas, não são peixes muito recomendados para consumo, são também as espécies de

peixes mais agressivas, visto que normalmente possuem adaptações para poderem predar suas presas.

Para os Bororo, o peixe é um animal importante tanto para a alimentação quanto em seu significado, pois eles acreditam que as almas dos mortos transmigram para o corpo de animais, incluindo várias espécies de peixes (COLBACCHINI & ALBISETTI, 1942, p. 87). Existe uma lenda sobre dois heróis e irmãos, chamados Bakororo e Itubore, que empreenderam, dentre diversos outros feitos, um ataque para matar todos os peixes *paiwoe*, peixes que devoravam os homens que entravam na água, dando a eles uma lição “Não comereis mais homens de hoje em diante. Vosso alimento será peixe [...]” (COLBACCHINI & ALBISETTI, 1942, p. 196). Os heróis mataram os peixes que comiam gente e esses peixes passaram a comer outros peixes, ou seja, se tornaram o que atualmente chamamos de peixes carnívoros ou de couro. Inclusive durante a emboscada que Bakororo e Itubore fizeram para pegar os peixes devoradores de gente, eles prenderam os peixes em uma esteira no rio, onde os dentes dos peixes ficaram presos, facilitando o ato de matá-los (COLBACCHINI & ALBISETTI, 1942, p. 196) o que indica a presença de dentes, comum em espécies carnívoras, como por exemplo a piranha. Esse mito fala, portanto, do surgimento dos peixes que comem outros peixes, aqueles que antigamente comiam homens. Logo, o mito de Bakororo e Itubore narra a transformação dos peixes que comiam gente em peixes carnívoros, de couro ou *pirá*. Assim, nomear Antônio Pires de Campos com o sufixo *Pirá*, significa não apenas o pai que é como peixe, mas o pai que é como o peixe de couro, um peixe que um dia devorou os homens bororo. *Pirá* não é o peixe bom, aquele é alimento aos homens, *pirá* é o peixe mal, que já devorou gente, e que hoje devora outros peixes, sendo por isso inadequado ao consumo humano.

Pai Pirá pode ser interpretado como pai, pajé ou feiticeiro que é tal qual um peixe de couro. Pensando no campo de significação dos Bororo, associado a referência constante da violência e truculência de Pires de Campos com os indígenas na documentação histórica e ao fato de que os bororos foram subjugados por Pires de Campos e seu pai, tais argumentos reforçam essa hipótese sobre o sentido de seu apelido. *Pai Pirá* provavelmente era visto pelos Bororo como um homem violento, perigoso, talvez não muito confiável, originando sua imagem como a de um homem que já “devorou” gente, que já matou Bororos. Esse apelido indica como os Bororo diante do contato com o sertanista, um não-índio, o consideram pela sua ótica de mundo, incorporando-o em seus mitos e crenças. Isso pode significar que a relação entre Antônio

Pires de Campos e os bororos não era de total submissão, confiança e afeto como sugere certas fontes, defendendo que os bororos aldeados teriam grande estima por Antônio Pires de Campos, tendo inclusive chorado por um mês após sua morte, como a de um pai comum¹⁰. A ideia de submissão associada aos bororos, pelo fato deles terem sido “índios amigos” e “domesticáveis” e, portanto, facilmente aculturados, passa a ser questionada. Afinal, os *pirá* que comiam gente foram um dia derrotados pelas forças dos irmãos guerreiros Bororo.

1.3 Política indigenista: jogo de interesses

O contato entre o não-índio e os povos indígenas sempre foi conflituoso e movido por diferentes interesses, tornando possível dizer que os indígenas estão em disputa com o não-índio desde a invasão em 1500 até os dias atuais. No século XVIII não foi diferente, os povos indígenas não possuíam direitos, atualmente considerados básicos. Além disso, nem todos os povos indígenas tinham os mesmos direitos garantidos pelos colonizadores na legislação indigenista. A questão da liberdade estabelece uma distinção entre os povos indígenas nesse período: havia o índio aldeado, ou índio amigo, e o “gentio bravo”, ou índio inimigo. Ao índio amigo é garantida a liberdade, o direito à posse de suas terras e ao pagamento de salários, visto que eles possuíam o importante papel de lutar nas guerras movidas pelos portugueses contra os estrangeiros ou contra índios hostis (MOISÉS, 1998, p. 117). Os índios amigos, são convencidos de que é preciso viver próximo aos portugueses e são assim aldeados em um local onde possam ser “administrados”, civilizados, convertidos ao cristianismo. Já os índios inimigos ou “gentio bravo” não possuem nenhum dos direitos citados anteriormente, pois não fizeram aliança com os portugueses, e devem ser, portanto, subjugados. A esses cabiam a escravização ou a guerra, pois mediante hostilidade por parte dos mesmos o rei poderia considerar justa razão de guerra, sendo esse um caso de escravidão lícita (MOISÉS, 1998, p. 124). Logo, eram tratados de forma distinta índios amigos ou aldeados, como é o caso do bororos

¹⁰ Manuel Aires do Casal — Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil — Rio de Janeiro — 1817. — Tomo I. p.160 Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003003.pdf>>

aldeados no Sertão da Farinha Podre, dos índios inimigos ou “gentio bravo” como o gentio Cayapó que nessa região vivia.

Ao longo da história do Brasil a política indigenista, enquanto ação do Estado ou governo não-indígena tendo como objeto os povos indígenas, esteve relacionada não apenas com o chefe de estado, mas também com aqueles que executaram e garantiram o cumprimento ou ao menos a adaptação e a acomodação das normas às vicissitudes locais. Nesse sentido, pensando no século XVIII, no qual o Brasil ainda era uma colônia portuguesa, a elaboração da política indigenista dizia respeito ao Rei de Portugal e portugueses que ocupavam altos cargos, ao passo que a execução de tal política cabia aos administradores coloniais, funcionários que estavam na colônia. Os governadores das capitanias eram pessoas da alta aristocracia portuguesa, mas outros funcionários normalmente eram colonos, burgueses ou fazendeiros, pessoas com baixa instrução (CHAIM, 1983, p. 34). Além dos administradores coloniais, há ainda os sertanistas que eram contratados pela Coroa para realizar as bandeiras, prospectar ouro e buscar mão-de-obra indígena, empreendendo guerras contra indígenas “selvagens” e, às vezes, como é o caso de Antônio Pires de Campos, ocupando certos cargos administrativos nos aldeamentos. Havia, obviamente, conflitos de interesse entre tais sujeitos que, distantes da metrópole, precisando tomar decisões urgentes sobre os indígenas e, para isso, às vezes agiam e, quando e se notificavam as autoridades, obtinham a autorização real apenas posteriormente (CHAIM, 1983, p.35).

Todavia, nem sempre a legislação indigenista era cumprida, fazendo valer os direitos dos índios amigos ou punindo como previsto em lei os índios inimigos. Apesar das leis garantirem o direito à liberdade dos indígenas aliados, ao pagamento de salário pelo trabalho empregado e o direito à terra na qual eles foram aldeados, na prática essas leis não se faziam cumprir, havendo casos em que a justiça precisava intervir em favor dos direitos dos índios (MOISÉS, 1998, p. 121-122). O mesmo se dava com os indígenas inimigos, que eram alvos de guerras injustas, quando o rei não autoriza a guerra, sendo frequente casos em que eram escravizados indevidamente. Os povos indígenas, sejam eles amigos ou inimigos dos colonizadores, tinham seus direitos à vida, à terra, à liberdade individual e religiosa cassados. Por isso, é importante destacar que mesmo os indígenas chamados de “amigos” sofriam violências diversas e precisavam exigir constantemente os seus direitos, negociando com os administradores para que seus interesses fossem garantidos. Há um hiato entre a lei e o seu cumprimento provocado pela própria existência

de um modelo colonial, no qual a aplicabilidade da lei esbarra em sujeitos e vontades diversas.

Pensando na região em questão, desde as décadas de 1720 e 1730 as bandeiras paulistas chegaram ao território do atual sul de Goiás agindo com muita violência com os povos indígenas que ali viviam; os garimpeiros formaram várias vilas e, no intuito de proteger o garimpo, os governadores realizavam expedições contra os índios inimigos, principalmente os Cayapó (KARASH, 1992, p. 398). Havia também a presença dos missionários jesuítas em Goiás, que frequentemente também participavam do garimpo por meio de escravos negros e enriqueciam (KARASCH, 1992, p. 398). Entretanto, a presença de jesuítas não tinha como principal objetivo a catequização e formação moral dos indígenas. Mori (2015, p. 75-76) explica que a catequização nessa região do Sertão da Farinha Podre não era um dos propósitos principais, o aldeamento de Rio das Pedras nem possuía um líder religioso, e de Santana do Rio das Velhas, apesar da presença do Padre José de Castilho, foi criado com claro objetivo de prover guerreiros para combater os Cayapó do Sul. Assim, os aldeamentos cumpriam a função de proteger o Caminho dos Goiazes, combatendo índios considerados hostis e permitindo assim uma melhor ocupação da região por não-índios.

Os sertanistas possuíam grandes interesses na mão-de-obra indígena, seja ela por escravidão lícita, de grupos que foram derrotados em guerras justas, ou de indígenas tidos como “amigos”, que estavam em situação de “administração”, uma espécie de escravidão velada. Homens como Antônio Pires de Campos mantinham consigo centenas de indígenas, para empreender guerras mediante acordo com os governantes. Eram eles que estavam em contato direto com os indígenas, que negociavam cotidianamente antes de tomar decisões, que colocavam (ou não) em prática a política indigenista da metrópole.

No dia 12 de outubro de 1742 o governador Dom Luís de Mascarenhas firmou, em sua residência em Vila Boa de Goiás, um contrato com Antônio Pires de Campos para explorar a região do Sertão da Farinha Podre e empreender guerra com o gentio Cayapó, que estaria infestando o “caminho”¹¹, sendo recompensado com uma arroba de ouro. Antônio Pires de Campos moveu suas tropas para a região, estabelecendo “seus índios” na região próxima ao caminho do Goiás, tendo levado uma primeira leva de 120 bororos,

¹¹ Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos e Portarias de Rodrigo Cesar de Menezes. Tomo XIII, Anexo F, São Paulo, 1895, p. 259-261

que atacaram os Cayapó no Rio Claro, matando e aprisionando vários (GIRALDIN, 1997, p. 70). Posteriormente, Pai Pirá teria levado uma quantidade muito maior de bororos, que fizeram investidas vitoriosas contra o gentio Cayapó, fazendo valer a fama de Pires de Campos como um grande sertanista e a fama dos Bororo, de guerreiros e amansados.

Os guerreiros de Pires de Campos se estabeleceram na região formando o primeiro aldeamento da capitania de Goiás no ano de 1748 chamado de Rio das Pedras¹², localizado entre o Rio Grande e o Rio Paranaíba. Segundo Mori, em 1750 surgiu o segundo aldeamento do Sertão da Farinha Podre, Santana do Rio das Velhas, inicialmente para abrigar os Araxá, que não chegaram a ser aldeados, tendo recebido bororos e indígenas de outras etnias (2015, p. 76). Santana do Rio da Velhas¹³ foi criado pelo padre jesuíta José de Castilho, contanto portanto com uma presença de um missionário, enquanto de Rio das Pedras, não possuía nenhum e recebia auxílio religioso do mesmo padre. Outros aldeamentos também se formaram na região, como Piçarrão, Lanhoso, São Domingos, Estiva, entre outros, porém, tendo em vista o recorte histórico iremos nos ater a apenas dois: Rio das Pedras e Santana do Rio das Velhas.

No entanto, existe uma discussão quanto ao conceito de aldeamento. Ravagnani denomina Rio das Pedras, Piçarrão e Lanhoso nem como aldeamentos nem como aldeias, mas como quartéis-aldeamentos, pelo fato se terem sido criados apenas para a função de quartel: proteger a estrada de ataques dos Cayapó (1989, p. 113). Para Ravagnani, o conceito de aldeamento está relacionado com a presença (ou ausência) de missionários ou religiosos, assim Rio das Pedras não se trataria de um aldeamento, mas de um quartel-aldeamento. Porém, para Bustamante o conceito de aldeamento esta relacionado com a presença (ou ausência) de uma capela, visto que a mesma representaria uma confirmação da existência do povoamento (2005, p. 56). Em função das divergências existentes entre tais conceitos, apresentadas por Mori (2015), optamos em fazer uso no presente trabalho de uma noção mais abrangente de aldeamento, por ele proposta.

“[...] todo núcleo idealizado por não-índios (conforme alguma função preconizada, como por exemplo, defesa de um território) habitado e construído por estes e, principalmente, pelos índios, com ou sem a presença de templo religioso ou de missionários, ou seja, independentemente de uma administração religiosa ou leiga.” (MORI, 2015, p. 76)

¹² Atual cidade de Cascalho Rico MG.

¹³ Atual cidade de Indianópolis MG.

Logo, os dois povoamentos fundados no recorte temporal escolhido (1742-1751), Rio das Pedras e Santana do Rio das Velhas, serão considerados aldeamentos para efeito de análise e nomenclatura neste trabalho. Os dois aldeamentos em questão receberam os indígenas trazidos por Pai Pirá, em sua maioria da etnia Bororo, nativos da região do Mata Grosso. Assim, compreendemos que para discutir sobre a história do contato e política indigenista é preciso refletir também os povos indígenas e a política (dos) indígenas, com a devida relevância necessária. Walter Benjamin diz em "Sobre o conceito de história", que "nada do que um dia aconteceu poder ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado." (1987, p. 223), assim, redimidos, o segundo capítulo irá se ater sobre os Bororo, seus signos, ações e interesses nos aldeamentos.

CAPÍTULO 2. OS BORORO: ETNOLOGIA E AGENCIAMENTOS

2.1 Alguns aspectos etnológicos: os Bororo

Para analisar as políticas indigenistas e dos indígenas nos aldeamentos na região do Sertão Farinha Podre, é inevitável refletir sobre quem são os Bororos, tanto os da etnografia como aqueles que foram aldeados no século XVIII. Em primeiro lugar é preciso ponderar que o termo Bororo se trata de um termo, um nome dado a esse grupo por outros indivíduos, não se tratando do nome que eles mesmo se chamam ou se chamavam no período em questão. Segundo o Instituto Socioambiental (ISA)¹⁴, o termo Bororo significa “pátio da aldeia” e eles na verdade se autodenominam *Boe*. O termo Bororo foi dado pelos não-índios aos indígenas, sendo um termo amplamente utilizado pelos colonizadores e sertanistas do século XVIII.

Segundo Colbacchini e Albisetti existe uma questão envolvendo o nome dado a esses povos indígenas: como a região originalmente ocupada por eles era muito extensa, situada entre porções dos atuais estados de Mato Grosso e Goiás, assim que foi estabelecido o contato com os não-índios esses acreditaram que se tratava de diferentes grupos, quando na verdade pertenciam a uma mesma etnia (1942, p. 20). O histórico dos contatos desses grupos *Boe* começou quando da descoberta do ouro em Cuiabá, por caminhos que cruzavam seu território original. Com isso, o contato com os não-índios fez com que houvesse uma separação territorial dos bororos em dois grupos: bororos ocidentais e bororos orientais. Por esse motivo, em diferentes momentos denominações como “bororos-coroados”, “bororos da campanha” ou “bororos cabaçais” indicam cisões que ocorreram entre os bororos motivadas principalmente pelo contato com o não-índios (Colbacchini e Albisetti, 1942, p.20). Os bororos que foram mais afetados pelo contato com os colonizadores foram os Bororos Ocidentais, ou “Bororos da Campanha” ou “Bororos Cabaçais”, ao passo que os Bororos Orientais ou “Bororos Coroados” se mantiveram até o século XIX isolados¹⁵. Essa informação é importante para esclarecer que os bororos que foram trazidos pela família Pires de Campos, seja para Itu ou

¹⁴ SERPA, PAULO. Povos Indígenas no Brasil: Bororo. jan. de 2021. Disponível em <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bororo>> Acesso em 04 de dez. de 2022.

¹⁵ Idem.

diretamente para o Triângulo Mineiro, fazem parte desse contexto de violência advinda do encontro com os sertanistas, da busca pela jazidas de ouro na região e captura de indígenas para as guerras.

No Triângulo Mineiro do século XVIII, o termo “bororo” podia se referir tanto aos bororos como a indígenas de outras etnias que passaram a conviver nos aldeamentos:

“ [...] o etnônimo “Bororo” acabou por se tornar comum nos documentos setecentistas que tratavam dos índios dos aldeamentos entre os Rios Grande e Paranaíba, sem menção a indígenas de outros grupos, levando-nos a crer que esse etnônimo foi utilizado como um termo generalizante para os índios que compunham a força guerreira de Pires de Campos.” (MORI, 2015, p. 71)

Nesse sentido, quando pensamos no uso do termo Bororo se referindo aos indígenas aldeados na região do atual Triângulo Mineiro, lembramos que o termo se refere a toda a tropa de Pai Pirá, que possuía indígenas bororos em sua maioria, mas também de outras etnias. A terminologia “Bororo” muito provavelmente indicava não apenas indígenas da etnia Bororo, mas também Paresí, Xacriabá, Javaê, Tapirapé, mestiços e outros que pudessem fazer parte da comitiva de Pai Pirá. Esse aspecto vem ao encontro da ideia de que os bororos aldeados estavam em constante relação não apenas com os sertanistas, mas com indígenas de outras etnias e povos mestiços que nos aldeamentos se estabeleciam. Esse quadro, inclusive, se ajusta melhor ao indicativo que, sob essas condições, nos aldeamentos circulavam uma intensa gama de sujeitos, signos e interesses diferentes que, sob o convívio comum, podem ter confluído para o surgimento daquilo que a nova história indígena, como Monteiro (2001) e Almeida (2003) vem chamando de índios coloniais ou índios aldeados, tal como já mostrou Mori (2015) para os aldeamentos do Triângulo Mineiro. Como esses processos são, porém, de longa duração, no curto período em que estiveram aldeados sob a administração de Antônio Pires de Campos (1742-1751), os grupos aldeados, por serem inicialmente uma leva significativa de bororos, este termo passou a ser usado como aplicativo genérico usado para os índios aldeados nesse período.

Como parte do processo do aldeamento, parece lógico pensar que a língua tradicional Bororo possa ter sido transpassada por influências de outras línguas. Se tradicionalmente esses grupos falam uma língua *-boe wadarú-* do tronco linguístico

Macro-jê (falada ainda hoje por esse grupo indígena¹⁶); é provável que após serem deslocados de sua terra natal e a proximidade decorrente com os não indígenas e indígenas de outras etnias tenha proporcionado a eles o contato com o idioma mais utilizado durante o período colonial no diálogo interétnico: o nheengatu ou a língua geral. Uma possível evidência para tal hipótese está nos indícios de negociações e agenciamentos presentes na documentação, visto que para fazer com que Antônio Pires de Campos e outros possíveis agentes coloniais entendessem seus interesses e desejos havia entre eles uma comunicação mais clara. Tais evidências serão desenvolvidas no ao longo deste trabalho.

Em face do fato dos Bororo serem classificados como grupos dos Jê centrais, eles repartem com a maioria dos povos falantes de línguas do Tronco Macro-Jê algumas características comuns. Entre elas, sua organização política e social composta de um claro dualismo entre metades exogâmicas. Os Bororo em particular compõem uma sociedade dividida em duas metades matrilineares chamadas de *Ecerae* e *Tugarege*, que tem origem em antigos heróis bororos. Além da divisão dual, cada uma dessas metades possuem oito clãs matrilineares (VIERTLER, 1986, p. 4) que regulam as formas de circulação de pessoas, bens e serviços dentro da comunidade. Assim concebida, essa organização dualista regula, inclusive, a vida ritualística Bororo em seu aspecto etnológico mais diferenciado. Das várias cerimônias praticadas, a mais conhecida é o tradicional funeral bororo, composta por diferentes rituais, que pode demorar até dois meses, da morte até o enterro final dos ossos (NOVAES, 1986, p. 195), e durante a qual o morto e a sua metade recebem serviços rituais da outra metade. Esse ritual fúnebre possui diversas etapas (do enterramento primário, passando pela exumação e ornamentação dos ossos, até o enterramento definitivo), o que impossibilita uma análise mais detalhada do mesmo neste trabalho. Apesar disso, é interessante compreender a importância desse ritual para a organização social bororo. Sobre isso Sylvia Caiuby Novaes explica:

A morte de um indivíduo afeta todos os membros de uma aldeia que devem reorganizar a sociedade dos vivos e também a sociedade dos mortos. A morte introduz uma espécie de caos temporário e a ordem só pode ser reestabelecida quando se pode fazer frente às alterações provocadas por esta morte. São estas categorias sociais a que nos referimos - clãs e linhagens - que atuam no momento dos rituais como um grupo corporado no sentido de reestabelecer esta ordem. (NOVAES, 1986, p.221)

¹⁶ SERPA, PAULO. Povos Indígenas no Brasil: Bororo. jan. de 2021. Disponível em <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bororo>> Acesso em 04 de dez. de 2022.

Assim, podemos compreender como o ritual funerário tem um papel essencial no ciclo de vida bororo, no sentido de manutenção de uma ordem de clãs e linhagens, mas também em um sentido de mudança e modificações nos papéis sociais não apenas dos enlutados, mas de todos os membros da aldeia. Durante o período funerário, os bororos assumem diferentes papéis, com novas funções e exigências, que acabam mudando as relações sociais cotidianas. Nos longos dois meses que podem durar um funeral, a partir da morte dos indivíduos, as etapas finais são uma espécie de “vingança”, uma recompensa do finado aos seus parentes¹⁷ e o enterro definitivo do falecido.

Uma parte importante do processo funerário é a presença do choro ritual, que funciona na aldeia como um indicativo de que alguém faleceu. A família do enlutado, principalmente as mulheres choram ritualmente pela sua morte em diversas cerimônias ao longo do ritual funerário, chorando insistentemente, se machucando e arrancando os cabelos por um desejo de vingança, no intuito de lembrar o “substituto”¹⁸ do enlutado que cace logo um animal que irá recompensar a morte de seu parente (VIERTLER, 1991, p.82). Assim, o choro para os bororos durante um funeral assume uma função diferente do choro em um funeral na sociedade não-indígena. Para estes últimos, o choro após a perda de um parente ou aliado é comumente entendido como expressão de tristeza ou saudade daquele que se foi, e não é necessário ou obrigatório, apesar de normalmente acontecer espontaneamente. Porém, o choro para os bororos após a morte é uma fase do funeral, é um ritual necessário e obrigatório, e compõem as diversas outras lamentações que os enlutados fazem para garantir a vingança daquele que morreu.

Como foi citado no Capítulo 1, na obra de 1817 “Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil”, o Padre Manuel de Aires de Casal informa que os bororos da comitiva de Pai Pirá teriam chorado após a sua morte “por espaço dum mês

¹⁷ Na obra *A refeição das almas: uma interpretação etnológica do funeral dos índios bororo - Mato Grosso* (1991) de Renate Viertler, é possível encontrar uma explicação mais detalhada sobre o ritual funerário bororo. Segundo a mesma, os bororos matam um felino como forma de vingar o finado, e sua pele é entregue aos enlutados como uma recompensa do morto (1991, p.109-111).

¹⁸ Chamado de *aroe*, se trata do “substituto social do morto” aquele que foi escolhido para vingar o morto matando um animal, onça ou animal equivalente, processo chamado de *mori* (NOVAES, 1986, p. 104). Os choros rituais podem ser direcionados ao *aroe*, para ele faça logo o *mori*, além de estarem presentes em vários momentos durante todo o funeral bororo.

como a pai comum”¹⁹. Ainda que Aires de Cabral não tenha feito nenhuma viagem ou não tenha conhecimentos científicos, como explica Caio Prado Júnior, ele o fez por meio de relatos de terceiros e de uma incansável busca em arquivos (1955, p. 53). Do ponto de vista do não índio, essa informação pode à primeira vista ser interpretado no sentido dos bororos terem ficado muito tristes com a perda de seu líder, demonstrando inclusive uma visão pacífica nas relações entre Pai Pirá e os bororos aldeados. Entretanto, ao cruzar a informação de que eles teriam chorado por um mês a morte de Pai Pirá com as características do funeral bororo, se torna evidente que o choro na verdade seria um choro ritual. Assim, muito provavelmente os bororos choraram a morte de Pires de Campos como parte de um ritual tradicional bororo, e ainda que estivessem tristes, a morte de Pires de Campos se encaixou em uma lógica de mundo bororo, em que chorar marca morte e começo de um ritual fúnebre. O choro pode sugerir também que os bororos, em alguma medida, trataram Pires de Campos como um deles, não no sentido de submissão e servidão a ele, mas acreditando que eles deveriam chorar por ele assim como choram pelos seus. Não há conhecimento nas fontes documentais de como foi o funeral e sepultamento de Antônio Pires de Campos, tema que por enquanto permanecerá em aberto, apesar dos instigantes indícios e das promissoras hipóteses.

É necessário ressaltar que tais características etnológicas sobre os bororos não são diretamente explicativas sobre as ações e interesses dos bororos de Antônio Pires de Campos no século XVIII. Compreendemos que os bororos aldeados no Triângulo Mineiro não são exatamente os mesmos daqueles observados por Novaes (1986), Viertler (1986) e (1991) e dezenas de outros pesquisadores ao longo do século XX. Mas o exercício de uma projeção etnográfica permite aventar algumas questões. Quais aspectos de uma sóciocosmologia esses grupos poderiam ter em comum? De que modo Antônio Pires de Campos e a política indigenista se encaixaram na forma de vida bororo? Ainda que sem respostas, essas perguntas acabaram por levantar importantes hipóteses que, com a projeção, parecem de algum modo esclarecer alguns aspectos das relações e acontecimentos históricos.

¹⁹ Manuel Aires do Casal — Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil — Rio de Janeiro — 1817. — Tomo I. p.160 Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003003.pdf>> Acesso em: 15 de dezembro de 2022.

O contato com os colonizadores motivou a morte de muitos bororos e a divisão desses grupos, que passaram por várias mudanças sociais e culturais. Os bororos passaram também por uma etnogênese, que pode ser entendida como uma articulação de transformações entre processos endógenos e processos externos trazidos pelo contato com os “europeus” (MONTEIRO,2001, p. 56). A etnogênese explica uma dinâmica de abandono de certos costumes, absorção de outros e criação novas práticas sociais, problematizando noções de que os povos indígenas teriam sido aculturados e totalmente dizimados. Sob essa perspectiva, as mudanças culturais podem ser entendidas como uma forma de resistência dos povos ameríndios diante do contato com o não-índio. Esse novo índio aldeado, possuía costumes e práticas tradicionais, hábitos adquiridos pelo contato com colonizadores e padres e novas formas de organização social próprias. Assim, é necessário recorrer às referências etnológicas existentes, colocando-as em diálogo com a documentação e se possível com os vestígios arqueológicos, na tentativa de compreender as ações desses sujeitos.

2.2 Aldeamentos de Rio das Pedras e Santana do Rio das Velhas

Após o acordo feito com D. Luís de Mascarenhas em 1742, Antônio Pires de Campos mobilizou tropas para empreender a guerra contra o Gentio Cayapó na região do Sertão da Farinha Podre. Pires de Campos ficou responsável por trazer bororos para a região a fim de serem aldeados próximos ao “caminho de Goiás” e combaterem os Cayapó. Os bororos se estabeleceram inicialmente em dois aldeamentos: Rio das Pedras (1748) e Santana do Rio das Velhas (1750).

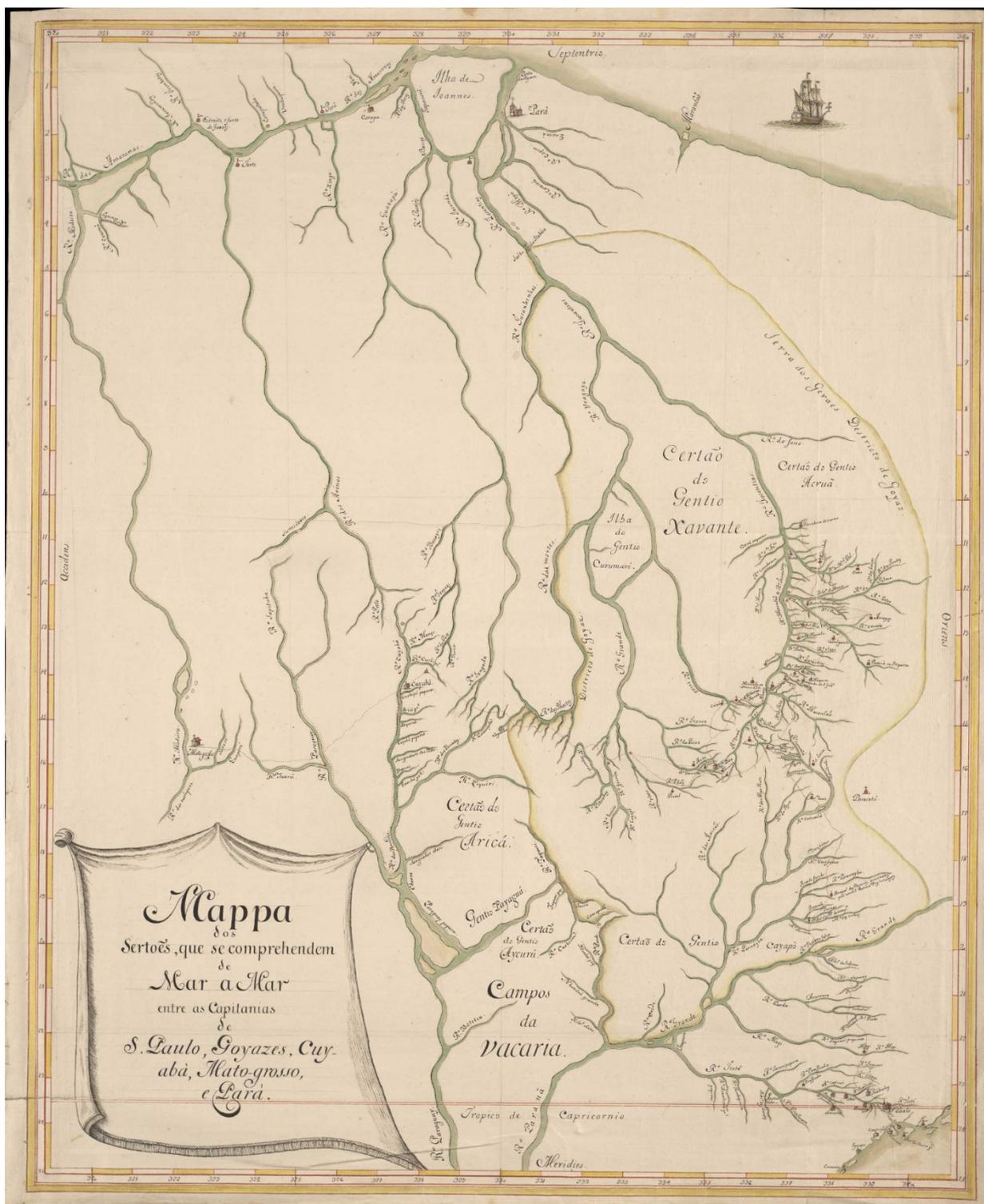


Figura 2: “Mappa dos sertões que se comprehendem de mar a mar entre as capitãncias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-Grosso e Pará.” Data: século XVIII. Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=7933> Acesso em 15 de dez. de 2022.

preferencialmente sobre um pendor²⁰, próximo a um rio e a uma floresta (1942, p. 33). Com base nessas pistas, tentamos aqui analisar de forma simplificada, o relevo da região em que se estabeleceram os aldeamentos de Rio das Pedras e Santana do Rio das Velhas, a fim de verificar se a escolha da região do aldeamento de Rio das Pedras teve alguma relação com essa preferência bororo. Rio das Pedras, atual Cascalho Rico, é região próxima a um grande curso d'água, o Rio Paranaíba.



Figura 4: Região ao entorno da cidade de Cascalho Rico, pelo *Google Earth*. Destaque nosso. Acesso em 09 de dez. de 2022.

Ao norte da cidade é possível ver o Rio Paranaíba, o que se coaduna com a possibilidade deles terem escolhido essa localidade pela proximidade com o rio, assim como aponta a documentação. Também é possível notar algumas áreas de florestas preservadas, mas tendo em vista que a região foi represada para construção da Usina Hidrelétrica de Emborcação, do ponto de vista ambiental a região passou por várias mudanças. Além desses aspectos, seria necessário ainda analisar o relevo da região pelo qual a comitiva de Pires de Campos teria vindo, no intuito de verificar se existe na região uma superfície de declive. Sabendo que os aldeamentos ficavam próximos ao Caminho dos Goiás e visto que o intuito dos aldeamentos bororos era a defesa dessa estrada,

²⁰ Inclinação, declive: um local no qual a altitude diminui ou aumenta gradualmente.

acreditamos que entre Cascalho Rico e Indianópolis (antigo aldeamento de Santana do Rio das Velhas) muito provavelmente foi um caminho percorrido pela comitiva de Pai Pirá. Então por meio da plataforma do *Google Earth* verificamos a altitude da superfície entre Indianópolis e Cascalho Rico, antigos aldeamentos de Rio das Pedras e Santana do Rio das Velhas, no intuito de verificar se existe um aumento ou diminuição gradual da altitude.

Assim tendo em vista o mapa da figura 2, e tomando como hipótese de que o pontilhado neste mapa se refere aos caminhos utilizados pelos sertanistas, acreditamos que, caso Pires de Campos tenha vindo de Itu com suas tropas bororo, ele provavelmente tenha feito o trajeto em pontilhado: passando pelos rios Tietê (que passa pela cidade de Itu), Rio Mogi, Rio Pardo, Rio Grande e já na área ocupada pelo Gêtio Cayapó passando pelo Rio das Velhas até chegar ao Rio Paranaíba. Com auxílio da ferramenta *Google Earth*, verificamos a altitude da superfície no trajeto mencionado, após o Rio Grande em direção ao Rio Paranaíba, passando pelo Rio das Velhas (atual Rio Araguari).

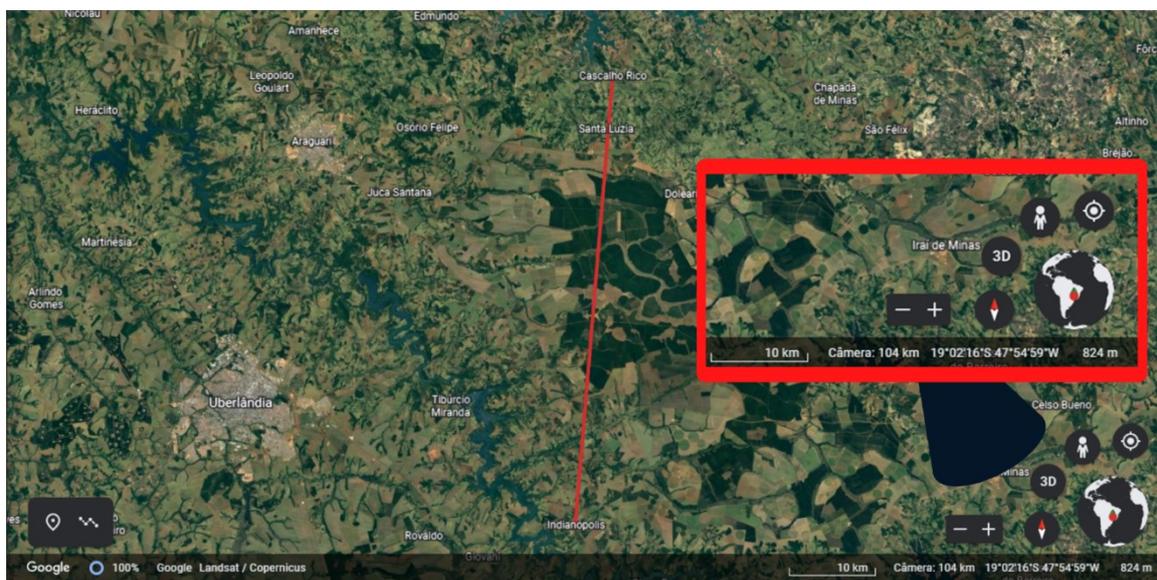


Figura 5: Trajeto entre Indianópolis (Santana do Rio das Velhas) e Cascalho Rico (Rio das Pedras). Em destaque a altitude de Indianópolis e coordenadas geográficas. Imagem obtida pelo *Google Earth*, com destaque nosso. Acesso em 11 de dez. de 2022.

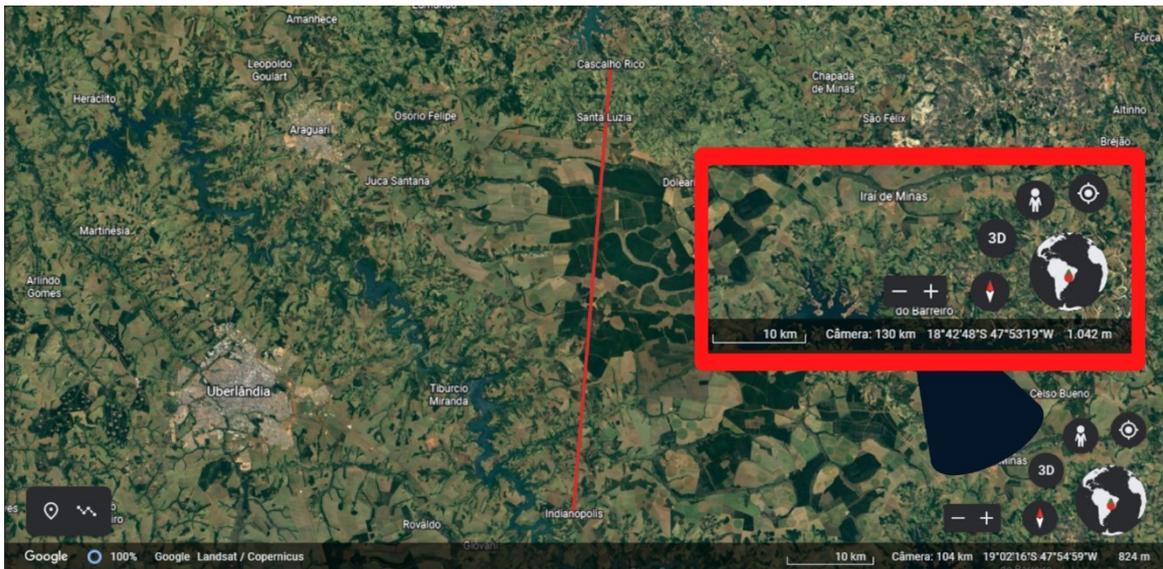


Figura 6: Destaque para altitude e coordenadas geográficas no meio do trajeto. Imagem obtida pelo *Google Earth*, com destaque nosso. Acesso em 11 de dez. de 2022.

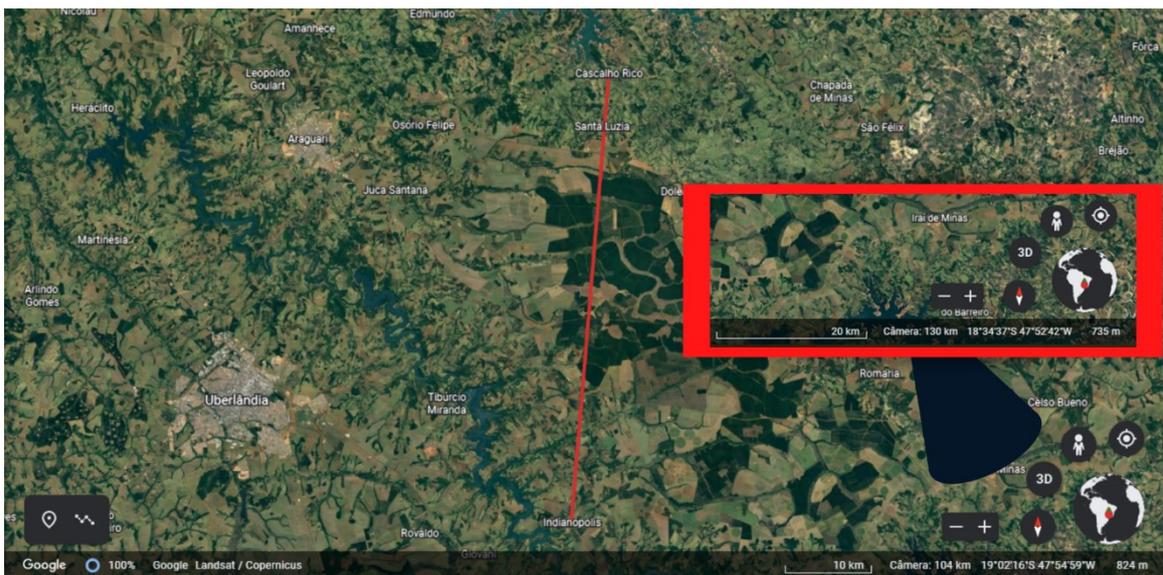


Figura 7: Destaque para altitude e coordenadas geográficas em Cascalho Rico. Imagem obtida pelo *Google Earth*, com destaque nosso. Acesso em 11 de dez. de 2022.

A partir das imagens é possível perceber que na região aproximada que viria a ser Santana do Rio das Velhas possui uma altitude de 824 metros (Figura 4) e, à medida que o trajeto é percorrido, tal altitude vai aumentando gradualmente, atingindo um pico de 1042 metros no meio do trajeto (Figura 5), área que hoje faz parte da zona rural de Araguari. Em seguida, em direção a Rio das Pedras, é possível notar que a altitude diminui gradualmente também, atingindo 735 metros (Figura 6) no local aproximado onde se

estabeleceu o aldeamento de Rio Pedras. Nesse sentido, podemos concluir que a região do aldeamento de Rio das Pedras é uma área de declive, onde a altitude, tendo como perspectiva a direção que a comitiva de Pai Pirá veio, diminui gradualmente.

Além disso, Mori referencia em sua tese um outro mapa, chamado “Mappa da capitania de S. Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes, como tambem o camiho de Goyazes, com todos os seus pouzos, e passagens” (2015, p. 108) feito por Francisco Tosi Colombina no século XVIII que é bastante semelhante com o primeiro mapa apresentado (Figura 1).

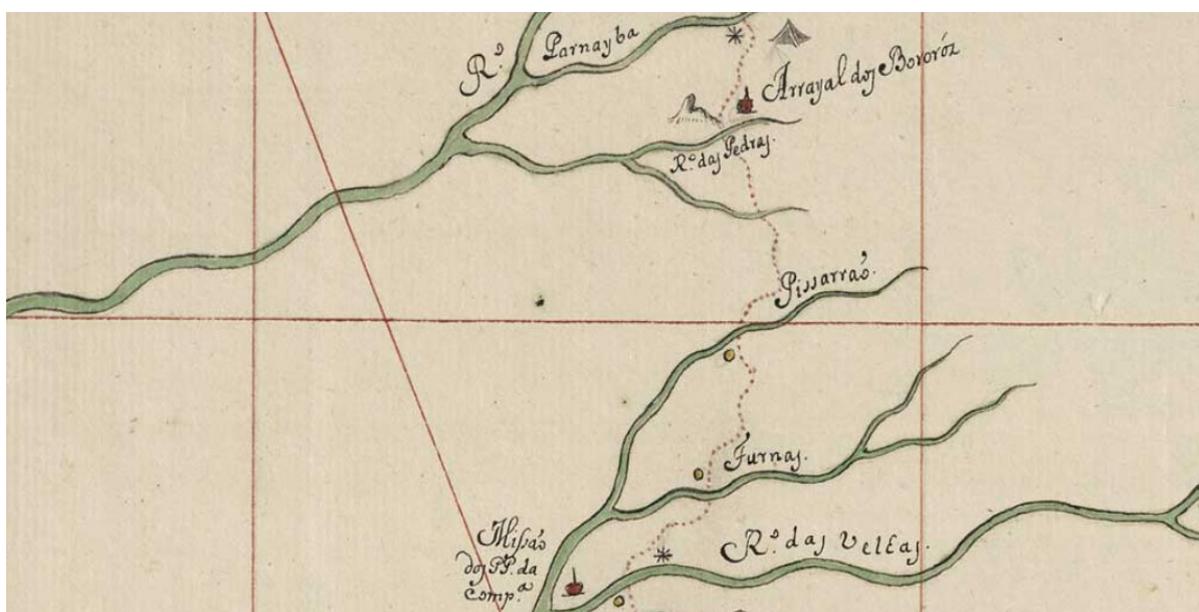


Figura 8: Recorte da região dos aldeamentos Bororo no “Mappa da capitania de S. Paulo, e seu sertão em que se vem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes [...]”. Autor: Francisco Tosi Colombina. Data: século XVIII. Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1033415/cart1033415.jpg> Acesso em 15 de dez. de 2022.

Apesar do primeiro mapa estar com autoria indefinida, a semelhanças entre ele e o mapa citado por Mori (2015) nos faz supor que eles podem ser do mesmo autor. A principal diferença entre os mapas está na escala, visto que o primeiro (Figura 1) possui uma escala menor que o segundo (Figura 7), há também uma pequena diferença quanto a configuração dos rios da região. Possibilitado pela escala maior do mapa, o Colombina faz uma identificação de relevo na região do Sertão da Farinha Podre. Próximo ao local onde está a “Arrajal dos Bororós” (Aldeamento de Rio das Pedras) é possível notar a

marcação de montanhas na região, indicando que há uma elevação da altitude que, como já foi comprovada pela ferramenta do *Google Earth*, se reduz gradualmente à medida que se aproxima do rio.

Tendo em vista que a documentação indica que foram os próprios bororos que escolheram o local onde eles iriam se estabelecer acreditamos que para além dos motivos já citados no documento, o local foi escolhido com base nos critérios utilizados pelos bororos tradicionalmente para escolher a localização de suas aldeias. Nesse sentido, a possibilidade de os bororos poderem escolher a localização do aldeamento expressa por si só, não apenas uma forma de negociação e agenciamento, mas uma forma de resistência, de manutenção de seus costumes. Mesmo que em situação forçada, tomados de sua terra natal, levados a outro lugar a fim de empreender guerras e sendo apresentados à fé católica como única opção, os bororos ainda manifestaram práticas e costumes tradicionais e, por isso, não eram passivos ou aculturados, mas agentes conscientes de sua história.

CAPÍTULO 3. DOS BORORO ALDEADOS AOS INDÍGENAS DE HOJE: ADAPTAÇÕES, FRONTEIRAS ÉTNICAS E RESISTÊNCIAS

3.1 Política dos Indígenas

No período em estudo, havia uma política colonial em curso no que se refere aos povos indígenas do Brasil. Assim como foi explicado no capítulo 1, o jogo de interesse entre as partes envolvidas torna a questão mais complexa na medida em que é preciso avaliar a política indigenista na teoria e como ela se dava na prática. Somando mais uma variável na questão, propomos que os interesses e ações dos povos indígenas aldeados sejam também considerados, visto que é possível verificar na documentação e na etnologia exemplos de resistência e agenciamento. Tais formas de negociações e ações dos povos indígenas com o intuito de fazer prevalecer seus desejos e interesses chamamos de **Política dos Indígenas**. A política do não-índio está relacionada com o ato de governar, dirigir e administrar a vida pública, já a palavra a política no caso dos indígenas é entendida como a articulação ou negociação dos povos indígenas para ser e estar no mundo. As duas políticas estão naturalmente em atrito direto, visto que ambas têm como objeto os mesmos indivíduos, os povos indígenas.

Segundo Beatriz Perrone-Moisés, ainda que haja dois tipos de política indigenista, aquela voltada para os índios aldeados-aliados e aquela voltada para o gentio bárbaro inimigo, essas políticas são uma resposta a duas prováveis reações dos povos indígenas diante do contato: a aceitação do sistema ou a resistência (1998, p. 129). Ainda que esse trabalho deixe claro que a posição dos Bororo aldeados não seria exatamente de aceitação, a autora propõe uma mudança na forma de analisar a política indigenista, abandonando um olhar colonizador e priorizando os povos indígenas como atores. Nesse sentido, além de pensar na Política dos Indígenas, será que há como pensar na política dos agentes coloniais, sob a perspectiva dos povos indígenas? Este capítulo irá se ater a essa tentativa; as fronteiras étnicas que os aldeamentos proporcionaram, envolvendo os indígenas aldeados, Antônio Pires de Campos e outros sujeitos e o que temos na atualidade desses aldeamentos.

3.2 Adaptações dos sertanistas aos hábitos indígenas

Ao que tudo indica, a família Pires de Campos já possuía contato com os indígenas, inclusive com os Bororo, já a algum tempo, tendo inclusive muitos escravos indígenas em sua terra natal, a cidade de Itu. Antônio Pires de Campos, crescendo junto dos indígenas, chegou a liderar no período de 1742 à até sua morte, em 1751, uma grande quantidade de soldados indígenas, o que exigia muita habilidade de sua parte. Pelo tempo de convívio prolongado com os Bororo, inclusive antes mesmo de estabelecê-los no Sertão da Farinha Podre, Pai Pirá conhecia profundamente a dinâmica social desse grupo. Tal entendimento que ele tinha do funcionamento e organização social desse povo teria favorecido a relação existente entre eles. Isso teria facilitado as trocas e negociações e causado um impacto cultural, tanto nos Bororo quanto em Pires de Campos. Ao contrário do que diz a história oficial, que apenas os povos indígenas teriam sido afetados pelo contato com o colonizador, Pai Pirá é um bom exemplo de que a recíproca também é verdadeira.

Há nas fontes documentais algumas referências a práticas que ocorriam nos aldeamentos governados por Antônio Pires de Campos que indicam uma troca cultural entre os sertanistas e os povos indígenas. Em Carta do Conde dos Arcos²¹, de 28 de junho de 1751 em respostas ao padre jesuíta José de Castilhos, ele condena alguns hábitos que os homens de Pires de Campos tinham no aldeamento de Rio das Pedras:

“O sitio de Antônio Pires de Campos, não é outra coisa senão um serralho (harém) em que estão vivendo a lei da natureza, tanto ele como seus amigos, e parciais, e como nenhum deles há de querer largar as ocasiões, precisamente hão de embaraçar que V.R.na. faça a sua obrigação e procure casar as índias.”²²

No trecho da carta há um relato de que os sertanistas liderados por Pires de Campos estariam vivendo como na “natureza” e que teriam tornado o sítio de Rio das

²¹ Dom Marcos de Noronha, que recebeu esse título em 1750 e em 1754 foi nomeado “Vice-Rei do Brasil” (ALENCASTRE, 1979 apud MORI, 2015)

²² Arquivo da Universidade de Coimbra. Coleção Conde de Arcos. 28/06/1751. Código VI-III-I-I-25. Carta 98 q. 32v. (Agradeço ao meu orientador, Marcel Mano, a disponibilização dessa fonte).

Pedras como um hárem, pedindo, portanto, a intervenção do Padre no sentido de casar as índias e evitar a promiscuidade. O relato indica que os sertanistas adentraram em alguma medida na lógica indígena, se adaptando a alguns hábitos como a poligamia e concubinato. Cabe lembrar que Rio das Pedras não possuía inicialmente a presença de nenhum missionário jesuíta e nem a presença de uma igreja. Tal relato evidencia como as trocas culturais não afetaram apenas os povos indígenas e indica como o aldeamento acabava nem sempre cumprindo uma função civilizatória e catequizadora, visto que os bororos ainda mantinham seus costumes.

Há também uma outra fonte documental que colabora com essa hipótese. Em uma carta escrita pelo governador da Província se referindo ao aldeamento de São José de Mossâmedes, no norte da Capitania de Goiás, há uma descrição de que no referido local tem um “soldado que ficava nu e pintava o corpo como os índios” e que é camarada deles²³. Esse relato, apesar de não se referir aos aldeamentos em discussão neste trabalho, nem estar no recorte temporal, expressa como as adaptações culturais feitas por não-índios também aconteciam em outros aldeamentos da região. Esses homens conviviam cotidianamente com os povos indígenas, tinham contato com seus costumes e hábitos e se inseriram no contexto social daquele grupo; e ainda que rezassem à Deus e aos santos, ficavam nus, se pintavam e tinham várias mulheres. Isso significa pensar as culturas não como estruturas sólidas, mas flexíveis e abertas que abarcam, entre outros, processos de etnogênese, conceito que expressa a dinâmica histórica pela qual as identidades coletivas permanentemente se constroem, destroem e reconstroem, num movimento que deve se assemelhar a de uma mandala (MANO, 2018).

Reconhecer a inserção de Antônio Pires de Campos e seus homens nas dinâmicas sociais dos indígenas aldeados não denota que a relação entre eles era pacífica. O controle que Antônio Pires de Campos tinha sobre “seus” soldados Bororo era mantido à custa de muita violência e opressão. Pelo uso da força e causando um grande terror nos indígenas, existe na documentação relatos de que mesmo a pedido de D. Marcos de

²³ Livro: Cartas do Governador da Província (1826 – 1830) – Ordens, cartas e Portarias (1772 – 1778). AHE – GO (manuscritos). 2º Ofício p.70. In: ATAÍDES, Jézus Marco de (Org.). Documenta indígena do Brasil Central. Goiânia: Ed. Da UCG, 2001, p. 95.

Noronha, governador e capitão da capitania de Goiás, para que ele fizesse um contato brando com os indígenas, ele promovia mortes e maus-tratos a eles (MORI, 2015, p.87). Pires de Campos estabelecia suas negociações com os indígenas por meio de um tratamento coercitivo e violento, sendo esse recurso necessário para garantir aos sertanistas a manutenção da mão de obra indígena.

A mão de obra indígena foi alvo de disputa não apenas por parte dos sertanistas, mas também por missionários jesuítas. O aldeamento de Santana do Rio das Velhas, formado em 1750, foi construído pelo Padre José de Castilho inicialmente para abrigar os índios Araxá, mas acabou recebendo indígenas de outras etnias, como os Bororo. Havia uma indisposição entre Antônio Pires de Campos e José de Castilho após esse não receber valores excedentes de uma farta colheita que teria ocorrido em Santana do Rio das Velhas, que teria deixado Pires de Campos insatisfeito com o padre (MORI, 2015, p. 96-97). José de Castilho era responsável pelo aconselhamento espiritual dos índios de Rio das Pedras, que como já foi citado anteriormente²⁴, devido à ausência de religiosos se parecia mais como um harém. Além da violência pela qual estavam subjugados, segundo Mori há documentos que indicam insatisfação de alguns índios com a administração do sertanista, pois ele passava muito trabalho e dava pouca comida e vestuário (2015, p. 97). Sua natureza agressiva e controladora atuava no sentido de garantir a mão de obra indígena, tão valiosa para empreender as guerras coloniais contra os gentios bárbaros e para um trabalho escravo. A alcunha *Pai Pirá*, o pai que é como o peixe que comia gente, parece fazer ainda mais sentido, tendo em vista a violência e negligência que os Bororo sofriam.

3.3 Aldeamento: um espaço de fronteiras interétnicas

O aldeamento não pode ser compreendido como um espaço apenas não-indígena ou apenas indígena, no qual habitaria ou um índio aculturado ou um índio pré-colonial, sem reconhecer suas mudanças históricas e culturais. O que há nos aldeamentos é um novo indígena, com costumes que se alteraram e com estruturas que se conservaram, uma dinâmica cultural entre diversos grupos. Pode-se dizer que, como em diferentes

²⁴ Arquivo da Universidade de Coimbra. Coleção Conde de Arcos. 28/06/1751. Código VI-III-I-I-25. Carta 98 q. 32v.

regiões do Brasil, a política indigenista do governo colonial entrou em choque com a política dos índios, e Antônio Pires de Campos era, de certo modo, um intermediário dessas negociações. Sobre esse aspecto, ele, assim como outros sujeitos, inclusive indígenas, colocados nessa situação de intermediários culturais, viveram naquilo que H. Bhabha (1998) chamou de “entre-lugar”, uma fronteira porosa do contato no qual trafegam interesses e signos das diferentes categorias envolvidas. Por isso, é bem provável que não apenas os indígenas, mas que os sertanistas, e no caso Antônio Pires de Campos, tiveram de adentrar também na lógica (signos) dos indígenas.

Pensando nas fronteiras étnicas como sistemas porosos e intercambiáveis, a ideia de rizoma, de Deleuze e Guattari (1995), ajuda a compreender tal dinâmica, no qual é entendido que

O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. Oposto ao grafismo, ao desenho ou à fotografia, oposto aos decalques, o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. (DELEUZE&GUATTARI, 1995, p 32)

Não há como pensar os aldeamentos por um modelo de interpretação linear ou evolutivo, é preciso um modelo que reconheça as variáveis que transitam no espaço em questão. No caso dos aldeamentos formou-se um grande espaço com diferentes culturas em contato, inclusive com indígenas de outras etnias. Antes mesmo da morte de Antônio Pires de Campos em 1751, segundo Ravagnani (1989, p. 114), Santana do Rio das Velhas, originalmente ocupada pelos índios Bororo, logo recebeu indígenas de outras etnias, Karajás e Tapirapés, trazidos pelo próprio sertanista, e posterior à sua morte, em 1774, os Xakriabá. Tal fato indica como os Bororo ou seus descendentes tiveram contato com índios de outras etnias que passaram a viver nos aldeamentos. A questão do termo Bororo na realidade se referir não apenas a indígenas da etnia Bororo, mas também a Paresí e outros, indica que conviviam nos aldeamentos diferentes etnias. Acreditamos também que nas fazendas da família Pires de Campos, em Itu, já conviviam indígenas de várias etnias, pelo fato dele e do pai aprisionarem indígenas anos antes da criação dos aldeamentos do Sertão da Farinha Podre.

Além dos indígenas, há o contato também com os não índios, mulatos e escravos. De acordo com Mori (2015, p. 149) em 1748, muitos mulatos e escravos acompanhavam a comitiva de Pires de Campos, tendo sido posteriormente incorporados aos bororos por meio do casamento. Após o Diretório dos Índios, em 1758, a tentativa de misturar os índios para os tornar “civilizados” passou a ser uma política de Estado, e o casamento entre índios e não-índios era uma das medidas para tornar isso possível. O casamento interétnico proporcionou trocas de costumes e práticas entre o índio aldeado e os diferentes sujeitos que estavam na região. O trabalho de Daniella Santos Alves²⁵ mostra ainda como a presença dos negros fugidos e de quilombos na região em questão compõem esse cenário de fronteira, no qual os Cayapó e o quilombolas teriam sido tratados similarmente como inimigos por parte do poder colonial (ALVES, 2017, p. 97). Na condição de aldeados, esses índios Bororo tiveram então de negociar sua existência com diferentes sujeitos e categorias: outros grupos indígenas com os quais conviviam; grupos indígenas que combatiam; autoridades coloniais e eclesiásticas; sertanistas e homens livres pobres, negros e escravos fugidos, entre outros em circulação na região e nos aldeamentos.

3.4 A disputa pela terra indígena dos aldeamentos

Mesmo com o fim do ouro no Goiás já no final do século XVIII, esses aldeamentos persistiram na região por um certo tempo e a política indigenista passou por alterações. A exploração da mão-de-obra indígena, que antes era o principal motivo de disputa, dá lugar a uma disputa pela terra dos povos indígenas (CARNEIRO, 1998 apud LOURENÇO, 2015). As terras dos aldeamentos eram juridicamente dos índios, mas passaram a ser invadidas por fazendeiros e homens da oligarquia local, expulsando os indígenas (LOURENÇO, 2015, p. 40). A primeira metade do século XIX foi marcada

²⁵ ALVES, Daniella Santos. Do Alto do Espia: Gentios, Calhambolas e Vadios no sertão do Campo Grande - Século XVIII. 2017. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19061/1/AltoEspiaGentios.pdf>> Acessado em 23 de dez. de 2022.

pela espoliação e conflitos envolvendo as terras indígenas, indicando que mesmo que os índios tenham se tornado “misturados” eles eram identificados como índios.

Há indícios de resistência dos indígenas que viviam nos aldeamentos para defender o direito à posse das terras. Segundo o viajante alemão Eschwege (1996, p. 127 apud MORI, 2015, p. 154-155) em 1821, os índios teriam contados os moradores que habitavam a região próxima a estrada e redigido uma queixa contando sobre a invasão de suas terras. Ainda que a queixa nada tenha auxiliado no sentido de garantir suas terras, ela mostra como os habitantes da região se identificavam como indígenas e se uniram em torno de um interesse comum, reivindicar seus direitos²⁶. Assim, o discurso de que os indígenas que aqui habitavam estavam aculturados ou que eram completamente indiferentes à situação de exploração a qual foram submetidos se mostra insuficiente diante dos exemplos de resistência e agenciamento.

Acreditamos que os indígenas aldeados tinham conhecimento de que as terras que eles habitavam eram deles, antes mesmo dessas terras serem espoliadas. Os representantes da coroa cogitaram contratar Antônio Pires de Campos para fazer guerra contra os Akroá, no norte da capitania de Goiás, mas o contrato foi rompido pois os Bororo se recusaram a ir para tal local, com medo de perderem suas terras (ALENCASTRE, 1979 apud MORI, 2015, p.72-73). Esses exemplos fortalecem a hipótese que os Bororo faziam acordos e trocas para que seus interesses fossem garantidos, ou seja, mesmo diante da situação de trabalho forçado eles não parecem terem perdido por completo a sua autonomia. De fato, houve resistência e articulação política, não somente extermínio e subjugação como pensa uma antiga historiografia regional.

A expulsão desses grupos indígenas aldeados de suas terras provoca novas inquietações: para onde esses grupos foram? Podemos pensar na região do Triângulo Mineiro como terra indígena? Seria a origem do índio em contexto urbano? Em que medida o conhecimento sobre a presença indígena na região interfere na compreensão sobre a História Regional e Local? Em face dessa rede complexa e intrincada de relações,

²⁶ O artigo “O litígio dos Kayapó no Sertão da Farinha Podre(1847-1880)” de Isabel Missagia de Mattos ajuda a compreender melhor o processo de litígio Kayapó, fica a sugestão de leitura para maiores informações. MATTOS, Izabel Missagia de. O litígio dos Kaiapó no sertão da Farinha Podre (1847-1880). *Dimensões*, n. 18, 2006. Disponível em < <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2440/1936>> Acesso em: 05 de jan. de 2022.

a história dos contatos desses grupos, suas culturas, interesses e existência teve de ser continuamente construída e reconstruída. O fato é que a disputa pela terra ainda está no cerne da questão indígena até dias atuais, mas hoje, porém, com novos desafios: o reconhecimento de suas terras, de sua identidade enquanto indígena e respeito a sua cultura.

Ainda nos dias atuais existem vestígios da presença das populações indígenas na região do Triângulo Mineiro, especialmente nos dois aldeamentos tratados neste trabalho, Rio das Pedras e Santana do Rio das Velhas. Rio das Pedras, atualmente a cidade de Cascalho Rico, possui segundo levantamento feito pela Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Cascalho Rico na 8ª Jornada do Patrimônio Cultural de Minas Gerais 2021, uma imagem do São João Batista²⁷ que teria sido levada pelos bororos para a aldeia no final do século XVIII. A imagem está localizada em um nicho no topo do altar da Igreja de São João Batista, padroeiro da cidade, e foi talhada toda em madeira, representando o santo ainda jovem.



²⁷ Site da Prefeitura Municipal de Cascalho Rico. Jornada do Patrimônio Cultural de Minas Gerais. Episódio 3. Imagem de São João Batista. Disponível em <<https://www.cascalhorico.mg.gov.br/jornada-patrimonio-cultural>> Acesso 26 de dez. de 2022.

Figura 9: Imagem de São João Batista de Cascalho Rico, localizada na Igreja de São João Batista em Cascalho Rico - MG. Disponível em <<https://www.cascalhorico.mg.gov.br/jornada-patrimonio-cultural>> Acesso 26 de dez. de 2022.

A imagem está relacionada com uma história curiosa: ela teria sido trazida pelos bororos para o local, mas por volta de 1811, os bororos foram convocados para se deslocarem para Nova Beira, na ilha do Bananal, e alguém teria levado a imagem de volta para Mato Grosso. Os índios de Rio das Pedras teriam ido até o Mato Grosso e recuperado a imagem de São João Batista, trazendo de volta para o aldeamento onde ela está até os dias atuais. Desconhecemos comprovação documental da história do roubo da imagem; entretanto, tal história parece ser contada popularmente, e de fato teria ocorrido tal deslocamento de bororo em 1811 segundo relatos de Auguste de Saint-Hilaire e Raimundo José da Cunha Matos²⁸. A história da imagem ainda carece de pesquisa e investigações a fim de melhor responder a relação dos bororo com a religião cristã. Porém, a presença da imagem entre os Bororo já indica um aspecto cultural originalmente que foi incorporado pelos indígenas e que adquiriu importância para eles, visto que eles teriam ido tão longe para buscar a imagem de volta. Atualmente, a presença da imagem na cidade pode ser utilizada no intuito de ensinar sobre a presença indígena e revisitar a História Local com esses sujeitos.

A região também possui diversos vestígios arqueológicos dos aldeamentos, que ainda precisam ser analisados e estudados. Segundo Rodrigues *et al.* (2021, p. 92-93) a pesquisa arqueológica na região ocorreu nas décadas de 1980 e 1990, em função da criação de duas usina hidrelétricas, Nova Ponte e Miranda, sendo um acervo total de mais de 30.000 peças, com coleções líticas, cerâmicas, metálicas, dentre outras. Tais vestígios serão essenciais para enriquecer os estudos sobre os povos indígenas, principalmente para melhor compreender a dinâmica cultural desses povos e seus costumes e objetos utilizados. Um dos sítios arqueológicos está localizado no local do aldeamento de Santana do Rio das Velhas, o mesmo possui registros de ocupação pré-colonial e colonial, sendo esse últimos composto por telhas goiva, “fragmentos de recipientes cerâmicos; fragmentos de louça; fragmentos de vidro como frascos,

²⁸ MORI, Robert. *Os aldeamentos indígenas no Caminho dos Goiaes: guerra e etnogênese no sertão do Gentio Cayapó (Sertão da Farinha Podre) séculos XVIII e XIX*. 2015. 232 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. pp. 134

garrafas, contas de colar e miçangas; metal como crucifixo, pregos de ferreiro, fragmentos de faca e grampos; esferas de chumbo; pederneira; e peças líticas” (RODRIGUES *et al.*, 2021, p. 97) dentre outros. A existência de tais registros arqueológicos, se futuramente associados com as pesquisas documentais sobre a região, pode proporcionar novas interpretações sobre a história desses grupos. Existe uma necessidade de mais trabalhos dentro da “nova história indígena” que esclareçam melhor a História do ponto de vista dos povos indígenas, enquanto papel principal, sem alegorias e preconceitos. Ainda há um longo trabalho para reconstruir a História Indígena do Triângulo Mineiro, mas entender melhor como se deu os aldeamentos e as articulações feitas pelos Bororo e Antônio Pires de Campos é um passo importante nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar as relações e negociações entre os indígenas Bororo aldeados no Sertão da Farinha Podre e Antônio Pires de Campos, situando esses sujeitos em suas respectivas políticas, entre 1742 a 1751. Colocando em diálogo a História e a Antropologia, a interdisciplinaridade foi fundamental a esta monografia, indicando como as fontes documentais sobrepostas a aspectos simbólicos e culturais trazem a luz variáveis novas e interpretações mais completas. A monografia permitiu novos questionamentos, que acreditamos que podem ser melhor esclarecidos no estudo da grande quantidade de fontes documentais da época ainda não pesquisadas, mas também chegou a conclusões importantes. Pensar a História dos Povos Indígenas na região do atual Triângulo Mineiro, norte de São Paulo e sul de Goiás é uma tentativa ainda muito recente, mas que já demonstra resultados importantes. Os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Arqueologia, Etnologia e História Indígena (Gepaehi- UFU) como os de Mano (2018, 2020, 2021), Mori (2015), Mazza (2020) Alves (2015), Asnis (2019), Gobesso (2022), Rodrigues (2013) e outros, chegaram em conclusões semelhantes e promissoras sobre o tema.

Podemos concluir que os indígenas aldeados, tratados na história oficial como submissos, aculturados e passivos diante do contato pelo fato de terem servidos como exército para os colonizadores, na verdade são indivíduos que agenciam e negociam a todo momento. Isso não significa que suas ações podem ser totalmente relativizadas ou que sua cultura seja fixa e imutável. O estudo do caso de Pai Pirá e os Bororo aldeados aponta para a superação das dicotomias entre estrutura e evento, interesse e signo, dentre outras, pensando em uma combinação das duas coisas, como diz Sahlins

A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática. (1990, p. 7)

Apesar da superação da noção de História enquanto verdade absoluta pela Escola de Annales, no caso dos povos indígenas ainda há que ser enfrentado as interpretações da

História enquanto movimento único e regular, tal como fosse determinado por uma lei: ou os indígenas foram aculturados, extintos ou em risco iminente de extinção ou resistem bravamente como guerreiros. Nas ações dos Bororo, de Pai Pirá e seus homens, podemos notar momentos de manutenção de tradições, momentos de incorporação de aspectos culturais e momentos em que se estabelecem novas formas de ser e estar no mundo. Em espaço tão fluido como os aldeamentos, onde novos grupos entram e saem, os líderes morrem e outros ocupam o seu lugar, trocas comerciais são feitas a todo momento e o contato com a religião é distinto daquele “ideal” missionário, um caminho único não é capaz de expressar sua complexidade. Com uma longa extensão temporal, que ultrapassa o século XVIII, chegando ao século XIX, explicar as relações e cotidianidades torna-se um desafio complexo sob uma noção de tempo linear ou cronológica. O modelo de mandala proposto por Mano (2018) parece mais próximo a alcançar tal complexidade, visto que ele pode ser sempre reconstruído pelo movimento do sujeito, permitindo várias possibilidades sobrepostas que podem ser rearranjadas, abertas, fechadas (2018, p. 27).

O presente trabalho permitiu melhor esclarecer ações feitas pelos Bororo que podemos considerar formas de resistências ou de negociação, como a escolha do apelido Pai Pirá para Antônio Pires de Campos, que na língua geral significa o pai peixe que comia gente, um significado que combate a noção de que os Bororos gostassem e confiasse plenamente no sertanista. A escolha do local onde seria o aldeamento de Rio das Pedras, seguindo critérios que os Bororo já utilizavam, como a presença de floresta, rios e relevo em pendor. Outro aspecto que indica que os Bororo agiram conscientemente e não em passividade diz respeito ao documentado choro que lhe teriam ocorrido após a morte de Pires de Campos, que acreditamos se trata de um choro ritual, não exclusivamente por tristeza. Os Bororo também teriam negado sair das terras em que estavam aldeados para empreender guerras junto com Pires de Campos contra índios bárbaros com medo de perderem suas terras, tendo então seus interesses obtidos. O trabalho também destacou outro ângulo: Antônio Pires de Campos e seus homens também absorveram práticas culturais dos indígenas, como o pintar o corpo, dançar e a poligamia.

Finalmente, esperamos que este trabalho venha se acrescentar à nova história indígena e que possa fortalecer os estudos sobre a História dos aldeamentos e dos povos indígenas que viveram na região do atual Triângulo Mineiro. A História Regional ainda possui muitas lacunas ao abordar sobre indígenas, quilombolas, mulheres e tantas outras minorias que por essa região fizeram e ainda fazem de morada. Que os povos indígenas

possam fazer tanto a política indigenista quanto a dos indígenas, assumindo os espaços do poder público e se articulando no cotidiano, no dia a dia, na conversa ou na borduna, para que suas terras sejam preservadas e suas formas de vida respeitadas.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Documentais

ATAÍDES, Jézus Marco de. (org.). **Documenta indígena do Brasil Central**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2001.

CAMPOS, Antonio Pires de. Breve notícia do gentio bárbaro que há na derrota das minas de Cuiabá e seu recôncavo [...] In: TAUNAY, Afonso d'E. (org.). **Relatos sertanistas**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976, p. 195.

COLOMBINA, Francisco Tosi. Mappa da capitania de S. Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes, como tambem o caminho de Goyazes, com todos os seus pouzos, e passagens. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033415.jpg. Acesso em: 06 de jan. de 2023.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil- Séculos XVI, XVII, XVIII**. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo: São Paulo, 1954. Disponível em: <<https://archive.org/details/dicionario-bandeirantes-e-sertanistas/mode/2up?view=theater&q=Antonio+Pires+de+Campos>> Acesso: 19 de abr. de 2022.

Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos e Portarias de Rodrigo Cesar de Menezes. São Paulo: Typographia Aurora, Volume XIII, 1895.

Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos, Regimentos e Ordens dos capitães-generaes Conde de Sarzedas e D. Luis Mascarenhas – 1732-1748. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, Volume XXII, 1896.

Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Cartas Regias e Provisões – 1730-1738. São Paulo: Typographia da Casa Eclectica, Volume XXIV, 1898.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia paulistana.** Duprat & comp., Vol IV, 1904, p. 165-222. Disponível em < <http://www.arvore.net.br/Paulistana/Campos.htm>> Acesso em 06 de jan. de 2022.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica.** 5.ed./ acrescida da parte inédita com uma biografia do autor e estudo crítico de sua obra por Afonso de E. Taunay Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia: EDUSP, 3v., 1980.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Subsídios para a historia da Capitania de Goiaz (1756 – 1806). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 84, 1919.

TAUNAY, Afonso **História das bandeiras paulistas,** 3 vols, 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1975.

Referências Bibliográficas

ALBISETTI, Cesare; RAVAGNANI, Oswaldo. **A aldeia Bororo.** Revista Perspectivas, 15, 147 – 157, São Paulo, 1992. Disponível em<

<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1965/1603>> Acesso em: 06 de jan. de 2022.

ALVES, Daniella Santos. **Do Alto do Espia: Gentios, Calhambolas e Vadios no sertão do Campo Grande - Século XVIII**. 2017. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19061/1/AltoEspiaGentios.pdf>> Acesso em 23 de dez. de 2022.

ASNIS, Gabriel Zissi Peres. **Da guerra à paz? Dicotomias que escondem múltiplos caminhos: análise histórica sobre os "Cayapó" aldeados em Maria I e São José de Mossâmedes**. 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/27050/1/GuerraPazDicotomias.pdf>> Acesso em 07 de jan. de 2023.

BHABHA, Homi. **O local da Cultura**. Belo Horizonte. Editora da UFMG, 1998.

CAIUBY NOVAES, Sylvia. **Mulheres, homens e heróis: dinâmica e permanência através do cotidiano da vida Bororo**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986. 244 p.

CARVALHO, Moacyr Ribeiro de. **Dicionário Tupi (antigo) - Português**. Salvador, Bahia, Biblioteca Digital Curt Nimuendajú, 1987. Disponível em : <http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Acarvalho-1987-dicionario/Carvalho_1987_DicTupiAntigo-Port_OCR.pdf> Acesso em: 16 de abr de 2022.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. P.295-316. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1932953/mod_resource/content/1/CELLARD%20Andr%C3%A9_An%C3%A1lise%20documental.pdf> Acesso em : 06 de jan. de 2023.

CHAIM, Marivone Matos. **Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811**. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

COLBACCHINI, Antonio; ALBISETTI, Cesar. **Os boróros orientais: orarimogodógue do planalto oriental de Mato Grosso**. Companhia Editorial Nacional, Brasileira, 1942.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 1, Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DOMENICO, Hugo Di. **Léxico tupi-português: com aditamento de vocábulos de outras procedências indígenas**. Taubaté: Ed. da UNITAU, 2008. 1081 p.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____ (org.). **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2007. p.143-179.

GIRALDIN, Odair. **Cayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

GOBESSO, Giovanna Bordonal. **Entre povos e fronteiras: as relações interétnicas dos sítios arqueológicos do rio Mogi-Guaçu e do Centro-norte paulista**. 2022. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. Disponível em <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/34554/1/EntrePovosFronteiras.pdf>> Acesso em 07 de jan. de 2023.

JÚNIOR, Caio Prado. **A evolução da Geografia e a posição de Aires de Casal**. Boletim Paulista de Geografia, n. 19, p. 52-66, 1955. Disponível em <<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1318>> Acesso em 06 de jan. de 2023.

LE GOFF, Jacques. História. In: _____. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **História e Etnologia**. Textos didáticos IFCH/UNICAMP., nº24, 3 ed. 2004. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pf-publicacoes/letx_td-24-site-13-03-14.pdf> Acesso em: 29 de mar. 2021.

LOURENÇO, LUIS A. Bustamante. Populações indígenas e políticas indigenistas no Triângulo Mineiro nos séculos XVIII e XIX. In: FERREIRA FILHO, Aurelino J. (org.) **Índios no Triângulo Mineiro**. Uberlândia: EDUFU, 2015, p.25 – 56

MANO, Marcel. **Da Tradição à Cultura: problemas de investigação nos estudos das ocupações indígenas no Planalto Meridional Brasileiro**. In: Revista Albuquerque, v. 10, n. 19 Mato Grosso do Sul: UFMS, 2018.

MANO, Marcel. Guerras e Saques: apropriações e incorporações diferenciais das alteridades entre os Jê: Cayapó meridionais. **Revista de Antropologia**, 63(3) e178850, USP, 2020.

MANO, Marcel. Entre necessidades e contingências: políticas indígenas nos sertões de Goiás. **Revista do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**, 16(2): e20200055, Belém, 2021

MAZZA, Tayná Bonfim Mazzei. **Da cultura material à vida: urnas mortuárias e dinâmicas de contato no Planalto Meridional Brasileiro – Séc. XVIII e XIX**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/30390/4/CulturaMaterialVida.pdf>>

Acesso em 07 de jan. de 2023.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e historiadores: Estudo de História Indígena e Indigenismo**. Tese (Livre Docência) Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

MORI, Robert. **Os aldeamentos indígenas no Caminho dos Goiazes: guerra e etnogênese no sertão do Gentio Cayapó (Sertão da Farinha Podre) séculos XVIII e XIX**. 2015. 232 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. O nascimento do Brasil: revisão de um paradigma historiográfico. In: _____. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2016, p.45-74.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneira da. (org.) **História dos índios no Brasil**, v. 2, p. 116-132, 1992. Disponível em <http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/hist%3Ap115-132/p115-132_Perrone-Moises_Indios_livres_indios_escravos.pdf> Acesso em 06 de jan. de 2022.

RAVAGNANI, Oswaldo. **Aldeamentos goianos em 1750 – os jesuítas e a mineração**. Revista de Antropologia, São Paulo, vol. 30/31/32, p.111 - 132, 1989.

RODRIGUES, Álvaro Almeida. **Contato e Guerra: etnohistória de um gentio Cayapó**. 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/12903/1/CulturaGuerraPaz.pdf>> Acesso em 07 de jan. de 2023.

RODRIGUES, Robson; MANO, Marcel; FERREIRA FILHO, Aurelino José. Acervos arqueológicos musealizados e gestão no MAnA-UFU: possibilidades de interpretações, apropriações e ressignificações no diálogo com as histórias, identidades, alteridades e etnicidades Indígenas regionais. **Revista de Arqueologia**, v. 34, n. 1, p. 89-109, 2021.

SAHLINS, Marshall David. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SANTOS, Maria Cristina dos. **Caminhos historiográficos da construção da história indígena**. História Unisinos 21(3):337-350, Setembro/Dezembro 2017. Disponível em <<https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2017.213.04/6390>>
Acesso em: 06 de jan. de 2023.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIERTLER, Renate B. **A formação da sociedade Bororo: mitologia e considerações etno-históricas**. Revista de antropologia, p. 1-39, 1986.

VIERTLER, Renate B. **A refeição das almas. Uma interpretação etnológica do funeral dos índios Bororo – Mato Grosso**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.